

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e três, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia:

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da acta nº 9, da Sessão de 28 de Fevereiro de 2003:

Ponto um ponto dois: Leitura de expediente:

Ponto um ponto três: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Análise do pedido de suspensão do mandato do membro Joaquim Manuel Cardoso:

Ponto três ponto dois: Análise do pedido de suspensão do mandato do membro Diogo Manuel Canhão

Sapatinha::

Ponto três ponto três: Pedido de prorrogação do Prazo para apreciação, Votação e Remessa ao Tribunal de Contas dos documentos de prestação de contas:

Ponto três ponto quatro: Projecto de regulamentos sobre o licenciamento de actividades anteriormente cometidas aos Governos Cívicos:

Ponto três ponto cinco: Proposta para criação do Conselho Municipal de Educação :

Ponto três ponto seis: Proposta de alteração aos regulamentos de Venda de Lotes Habitacionais, Dos Loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada):

Ponto três ponto sete: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira:

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada. Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);
Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (CDU);
Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);
Maria Filipa Martins de Almeida (CDU);
António José Moura Proença (PS);
Ivone da Conceição Balseiro Espiguiinha (PSD);
Luís Manuel do Nascimento (CDU);
Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);
António Joaquim Moura Lopes (CDU);
Francisco José Ramalho Mendes (PS);
Jerónimo João Pereira Cavaco (PS);
António Andrade (CDU);
Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);
Joaquim Manuel Grego Esteves (PS);
António José Lopes Anselmo (PS);
António José Barroso Paixão (PS),
José António Carapeto Dias (PS);

Faltaram, apresentando pedido de substituição os seguintes membros efectivos:

Carlos Manuel de Almeida Cabral (PS) anexo 1; Foi substituído pelo Senhor António Camões
Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS) anexo 2; Foi substituído pelo Senhor Rui Sá.

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da acta nº 9, da Sessão de 28 de Fevereiro de 2003:

O Presidente da Assembleia Municipal: Quem quer usar da palavra? Não há inscritos. Vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada por maioria com oito votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções.

Ponto um ponto dois: Leitura de expediente:

O Secretário António Proença: No que diz respeito ao expediente não há nada que se possa considerar de relevante. Todavia, quem quiser consultar a correspondência recebida ou expedida ela encontra-se aqui na mesa, à disposição.

(Anexo 3 e 4)

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém necessita de esclarecimento sobre este assunto? Nesse caso passamos ao ponto seguinte

Ponto um ponto três: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra?

O membro Luís Nascimento: Senhor Presidente, queríamos entregar à mesa uma saudação ao 1º de Maio, a qual passo a ler (anexo 5).

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar à votação da Saudação entregue pelos membros da CDU. Quem vota a favor? Quem Vota contra? Quem se abstém? Aprovada por maioria, com 14 votos a favor e uma abstenção. Mais alguém quer usar da palavra?

O membro Filipa de Almeida: Senhor Presidente, não tem a ver com a saudação. Queria fazer uma proposta à Assembleia Municipal, pelo menos no que me diz respeito. Penso que nunca houve aqui ninguém que se queixasse de não receber a correspondência, mesmo que não vá registada. Mas, penso que facilitaria, e eu pessoalmente que não trabalho em Borba, o carteiro deixa o aviso de recepção, embora os documentos vão dentro do prazo, mas como todos sabemos os prazos são muitos curtos. Eu, por mim dispenso, e penso que os outros eleitos também. Também em relação a esta sessão, na Assembleia do 25 de Abril, estávamos todos presentes o que podíamos ter recebido a documentação, em vez de recebermos terça-feira pelo correio. É um reparo que deixo. Eu dispenso o aviso de recepção, porque me dificulta a consulta dos documentos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Com certeza. Vai ser considerado pela mesa o seu pedido.

O membro Joaquim Manguinhas: Eu já tinha falado com a funcionária sobre este assunto. Agradecia que o Senhor Presidente tomasse também conhecimento disto: que para além da morada, que seja acrescentado entre parênteses Junta de Freguesia. Porque o carteiro passa numa carrinha, e eu já vi como é que ele passa. Quando não está ninguém manda o aviso, não se sabe para onde, outras vezes não o deixa. Portanto, penso que é desnecessário o aviso de recepção. A Junta de Freguesia está sempre aberta à hora de expediente, e eu conheço a funcionária, portanto, ela entrega-me o correio.

O Presidente da Assembleia Municipal: Dois casos a considerar para evitar o aviso de recepção. Mais alguém quer falar? Vamos passar ao ponto dois - período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do público quer usar da palavra? Não há ninguém inscrito. Vamos passar ao ponto três - Período da Ordem do Dia.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Análise do pedido de suspensão do mandato do membro Joaquim Manuel Cardoso:

O Presidente da Assembleia Municipal: É de lei, que os pedidos de suspensão de mandato têm decisão do plenário da Assembleia. Foi solicitada uma suspensão de mandato do membro Joaquim Manuel Cardoso (por 365 dias), conforme documentação enviada aos membros da Assembleia. Quem quer usar da palavra? Como ninguém está interessado em usar da palavra, vamos proceder à votação. Quem vota a favor, levante o braço? Quem vota contra? Quem se abstêm? Está aprovado por unanimidade. Passamos ao ponto três ponto dois.

Ponto três ponto dois: Análise do pedido de suspensão do mandato do membro Diogo Manuel Canhão Sapatinha:

O Presidente da Assembleia Municipal: Este é um pedido semelhante ao anterior, conforme documentação que vos foi facultada. O membro Diogo Sapatinha, pede suspensão de mandato até 30 de Setembro de 2003. Quem quer usar da palavra? Ninguém. Vamos passar à votação. Está aprovado por unanimidade. Passamos ao ponto três ponto três.

Ponto três ponto três: Pedido de prorrogação do Prazo para apreciação, Votação e Remessa ao Tribunal de Contas dos documentos de prestação de contas:

O Presidente da Assembleia Municipal: Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal: Boa noite a todos. Ora, relativamente a este assunto, contrariamente àquilo que eu esperava e por isso, e por isso ainda não tinha sido dito aqui, pelo menos transmitido a esta Assembleia, não houve entendimento atempado entre as duas empresas que nos têm apoiado quer em termos de contabilidade, quer em termos de inventário. Isto é, por parte da empresa SITE - que foi a empresa que trabalhou em termos de inventário - havia algumas discordâncias e algumas incompatibilidades em termos de software e, portanto, foi difícil a migração dos dados, portanto, a inserção dos dados relativos ao inventário no nosso programa contabilístico e como tal havia - e há ainda - grandes dificuldades em termos de encerramento das contas. Então, de acordo com uma circular que foi recebida da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque esta não é uma situação que se passa exclusivamente com a Câmara de Borba, houve abertura por parte do Tribunal de Contas no sentido de permitir a prorrogação do prazo para apresentação de contas. Naturalmente que a lei obriga que a Assembleia reúna, então, daí que nós estejamos aqui para solicitar à Assembleia que nos autorize, portanto, este tipo de prorrogação. De qualquer forma, quero-vos dizer que o ofício já foi enviado ao Tribunal de Contas - foi enviado no dia dezasseis (16) de Abril - solicitando, portanto, nos mesmos moldes em que aparece essa informação que foi enviada aos elementos da Assembleia Municipal. Neste momento os nossos técnicos têm estado a trabalhar em conjunto com as duas empresas e, segundo informação, parece que a Câmara de Borba vai ser a primeira pelo menos a encerrar as contas, segundo a informação da FASOFT que é a empresa que nos está a dar o apoio em termos de contabilidade. Esperemos que assim seja, está previsto que o encerramento das contas se faça desta Sexta-feira que vem a oito (8) dias. Isto só não se faz antes porque os nossos funcionários precisam de receber uma acção de formação nessa empresa para inserirem os dados relativos a dois mil e um (2001) e dois mil e dois (2002). Portanto, os dados que foram inseridos pela empresa referem-se a dois mil, falta dois mil e um e dois mil e dois e, portanto, é preciso que os funcionários recebam essa formação que, em princípio, vai ser dada exactamente de hoje a uma semana para que na Quinta sejam inseridos cá os dados, porque são relativamente poucos e para que na Sexta a nossa técnica de contas, os nossos técnicos de contas, aliás, se desloquem à FASOFT para fazer lá o encerramento das contas. Deixem-me só dizer-vos que, como se costuma dizer, com o mal dos outros dou-me eu bem, mas de qualquer maneira deixem-me dizer-vos que nós optámos por esta situação porque discordamos da forma como algumas Câmaras têm estado a apresentar as contas. Ou seja, algumas Câmaras têm apresentado as contas de acordo com a legislação anterior que já nem sequer se encontra em vigor e, portanto, eu penso que essa era uma situação que nós considerámos impensável e outras Câmaras têm aprovados as contas sem demonstração de resultados e sem balanço e têm estado a enviar para o Tribunal de Contas. Nós também não concordamos com essa

situação; há quem diga que é melhor porque chega ao Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas detecta que falta a demonstração e o balanço e, portanto, pede os documentos e em vez de um (1) mês podem durar dois (2) ou três (3) meses. De qualquer maneira, nós não optámos por isso, portanto, e resolvemos pedir, fazer o pedido de prorrogação por um mês até para pressionar as próprias empresas porque, deixem-me dizer-vos também, que eu, esta é uma situação pela qual eu nunca esperei passar, mas tive inclusivamente que ameaçar as duas empresas com processos em Tribunal porque senão estou convencido que, se calhar, ainda hoje estava à espera que fosse feita a migração de dados. Portanto, espero bem que não venha a haver represálias pelo facto dessas, dessas ameaças, mas o que é um facto é que, pelo menos, penso que as coisas têm estado a decorrer mais ou menos bem. Agora, portanto, deixo a questão à vossa consideração.

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém está interessado em falar sobre este assunto? Dr. Filipa, se faz favor.

Maria Filipa Almeida : Eu ouvi com atenção a explicação do senhor Presidente, li com atenção esta informação que suponho ser uma informação técnica. E digo suponho porque não está assinada por ninguém, que penso que é uma informação tecnicamente correcta e estava, não me estava a rir, mas estava aqui a sorrir quando o senhor Presidente estava a falar porque até, até informalmente falámos algumas (uma ou duas vezes) sobre isto,

Presidente da Câmara Municipal: Sim.

Maria Filipa de Almeida : E o senhor Presidente acabou de dizer que não esperava passar por isto e estava na altura muito convencido que a implementação no papel ia decorrer bem, sem entraves pelo caminho. Infelizmente isto é uma situação, como ele disse, com o mal dos outros nos damos bem, mas isso é uma situação geral, não é um problema com esta empresa, é um problema geral com esta e com as outras empresas que estão a trabalhar para as autarquias. Aquilo que a Câmara Municipal de Borba fez - que foi pedir a prorrogação do prazo - esperemos que, que o prazo dê, esperemos que isto, que isto chegue porque foi o prazo que a Associação Nacional de Municípios pediu ao Tribunal de Contas, mas têm que ser as Câmaras Municipais a solicitar que o Tribunal aprecie caso a caso se há razões para isto. Espero, eu digo que espero que o prazo dê porque, de algumas informações que vamos tendo de outros lados, a situação é um pouco parecida, é parecida um pouco por todo o lado. Neste mesmo momento, aqui perto, está a acontecer uma outra Assembleia Municipal de uma outra força política e não é a CDU, onde esta situação também, se calhar, está a ser colocada ou já foi colocada aos eleitos da Assembleia. O que me parece é que, uma pergunta que tinha aqui para fazer, mas penso que o Presidente de certa forma deu a resposta por omissão, não há ainda resposta do Tribunal,

Presidente da Câmara Municipal : Não.

Maria Filipa de Almeida: A esse pedido da Câmara? Portanto, não há ainda resposta, o Tribunal ainda não lhe disse se considera ou não, mas pensamos todos que vai considerar.

Presidente da Câmara Municipal : Sim.

Maria Filipa de Almeida : Deve ir considerar a razões de todas as Câmaras porque elas são muitas parecidas. Portanto, isto não é tão fácil como parecia à primeira vista e também concordo com a opção que foi tomada que é de não enviar uma parte da conta e deixar o património, porque isso é estar a enganar e a enganarmo-nos a nós próprios e a enganar o Tribunal de Contas, ou a tentar enganar. A outra ainda é mais ridícula - eu também sei que há Câmaras que fizeram isso - que é fazer a conta de gerência à base da legislação anterior e até, e até algumas Câmaras fazer a conta de gerência do mandato anterior que não era da mesma força política, quer dizer, já aconteceu um pouco de tudo. Este, este processo, este procedimento é correcto, o que me parece é que, se eu entendi bem, pedia-se à Assembleia que autorizasse. Penso que a Assembleia não tem que se pronunciar e esta informação é correcta,

Presidente da Câmara Municipal : Sim, sim. Claro.

Maria Filipa de Almeida : É a informação é, requerer ao Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma sessão extraordinária,

Presidente da Câmara Municipal : Claro, claro.

Maria Filipa de Almeida: E requerer ao Presidente do Tribunal de Contas a prorrogação do prazo. Portanto, nós tomámos conhecimento, penso que é isto.

Presidente da Câmara Municipal: Claro, claro.

Maria Filipa de Almeida: Disse, Senhor Presidente.

Jerónimo Pereira Cavaco: O Senhor Presidente referiu que teve que ameaçar estas duas empresas com uma ameaça - no verdadeiro sentido do termo - de acções judiciais. Por aquilo que eu percebi, estas serão duas das empresas que estão a trabalhar com as autarquias. Poderá haver outras, mas, por aquilo que a doutora Filipa referiu, pelos visto têm o mesmo problema. A minha pergunta ia no sentido de saber - porque sou leigo nesta matéria - há quanto tempo é que esta situação se arrasta e por que é que só chegada a altura ou um (1) mês antes da entrega no Tribunal de Contas é que estamos, digamos, apertados relativamente a esta questão.

Presidente da Câmara Municipal : Senhor Presidente, se me permite : esta questão não é uma questão nova, já há uns tempos que eu notava que havia alguma incompatibilidade entre as duas empresas. Eu não me quero manifestar sobre o porquê, ambas têm como objectivo o lucro e umas dão-se melhor com umas do que com outras, não é? E, e aqui o que acontece é que uma fez um inventário, outra fez a contabilidade e, portanto, são empresas que eu não sei até que ponto é que têm pessoal em quantidade suficiente para resolver os problemas das Câmaras às quais dão apoio e, portanto, penso que essa poderá ser uma razão, se calhar, falta de pessoal por parte das empresas, mas isso é um problema que não é nosso, daí que eu tivesse em determinada altura, quando vi, como se costuma dizer, os calos apertados tive que espirrar, não é? E tive que espirrar porque foi quando me apercebi, foi quando me disseram concretamente que não havia possibilidade de ter o trabalho pronto a tempo. E, portanto, foi quando pressionei mais intensamente, não é? Claro que aqui nós temos sempre múltiplas actividades, não somos nós, embora sejamos nós os responsáveis, mas há técnicos e os técnicos, à partida, são as pessoas que devem pressionar. Claro que, às tantas, não pressionam tanto como nós e, portanto, ou pelo menos não são tão ouvidos como nós somos e, portanto as coisas só avançaram mesmo quando eu entrei em contacto com as duas empresas e que lhe coloquei claramente a questão que, ou chegam a acordo ou, senão chegam a acordo, então eu avanço com o processo judicial porque eu não posso ser acusado de uma coisa da qual eu não sou responsável. Estou a pagar e, como estou a pagar, tenho que ser bem servido. Estas coisas foram postas nestes modos, entretanto eu tinha conhecimento através da Associação de Municípios que isto se passava com outras empresas, se calhar até com empresas com mais material humano e, pronto, a partir do momento em que vi este ofício que, no fundo, acaba por ser um acordo tácito todas as Câmaras que pedirem, concerteza que será deferido, até porque a Câmara de Borba tem razões mais do que suficientes porque são empresas diferentes, uma fez uma coisa, outra fez outra. Havia incompatibilidades em termos informáticos e, portanto, penso que vai concerteza ser deferido. Espero bem é que, após o encerramento das contas, não levantem mais uma quantidade infindável de problemas e que as coisas se venham a complicar. Esperemos que não, mas, o mais que pode acontecer é que as contas tenham que ser enviadas e, seguramente que serão mesmo que passe um (1) mês, eu estou convencido que vão concerteza existir erros. Isto é a minha opinião neste momento, a um mês ainda de distância porque eu estou convencido que ainda vão existir erros, mas, de qualquer maneira, cá estamos para ver e, portanto, embora os técnicos me digam que não, eu tenho algumas dúvidas, pronto, mas cá estaremos depois para ver. Naturalmente, depois será pedida uma Assembleia Extraordinária para aprovar e enviar ao Tribunal de Contas.

Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, a Assembleia tomou conhecimento desta informação e a Mesa vai, em princípio, atender à marcação de uma Assembleia Extraordinária para Maio para discutir este ponto e outros que possa ser apresentados.

Ponto três ponto quatro: "Projecto de Regulamento sobre o Licenciamento de Actividades Anteriormente Cometidas aos Governos Civis"

Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto três, quatro (3.4): "Projecto de Regulamento sobre o Licenciamento de Actividades Anteriormente Cometidas aos Governos Civis"

Presidente da Câmara Municipal : Bom, este Projecto de Regulamento, como o nome diz, é um projecto que no fundo tem que ver com as actividades que anteriormente estavam cometidas aos Governos Civis; Um regulamento-tipo que foi enviado para a Associação Nacional de Municípios em que os nossos serviços tiveram algum trabalho no sentido de fazer algumas ligeiras alterações e, depois há-de ir para publicação e mais tarde, vir a entrar, portanto, em vigor. É um projecto que se refere às actividades de guarda-noturno; venda ambulante de lotarias; arrumador de automóveis; realização de acampamentos ocasionais; exploração de máquinas automáticas: mecânicas, eléctricas, electrónicas de diversão; realização de espectáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre; venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda; realização de fogueiras e queimadas e a realização de leilões. Acontece que, algumas destas actividades não se desenvolvem cá, mas de qualquer maneira poder-se-ão vir a desenvolver, portanto, não significa que não possam ficar já previstas em regulamento.

Presidente da Assembleia Municipal : Alguém quer falar sobre este assunto? Portanto, estamos na presença de um projecto de regulamento, não é assim? Talvez o Senhor Presidente da Câmara possa elucidar o que é que sucede ao projecto e regulamento.

Presidente da Câmara Municipal: Agora a seguir vai para publicação, depois tem a discussão pública, pode haver alterações.

Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, como ninguém quer falar sobre o assunto, temos o assunto encerrado. Portanto, quem vota a favor deste projecto, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o projecto está aprovado por unanimidade.

Ponto três ponto cinco: "Proposta para criação do Conselho Municipal de Educação:

Presidente da Câmara Municipal : Tinha-se levantado aqui na última Assembleia dúvidas relativamente à composição deste Concelho Municipal de Educação. Se alguém estiver interessado, eu tenho aqui a legislação que posso mandar copiar. De qualquer maneira diz o seguinte: "Composição: Integram o Concelho Municipal de Educação: o Presidente da Câmara Municipal, que preside; o Presidente de Assembleia Municipal; o Vereador responsável pela educação que assegura a substituição do Presidente nas suas ausências e impedimentos, o Director Regional de Educação com competência na área do município ou quem este designar em sua substituição". Portanto, estes quatro (4) integram o Concelho Municipal, depois "Integram ainda o Concelho Municipal de Educação os seguintes representantes, desde que as estruturas representadas existam no município: um (1) representante das instituições do Ensino Superior Público; um (1) representante das instituições de Ensino Superior Privado; um (1) representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público; um (1) representante do pessoal docente do Ensino Básico Público; um (1) representante do pessoal docente da Educação Pré-escolar Pública; um (1) representante dos estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados; dois (2) representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação; um (1) representante das Associações de Estudantes; um (1) representante das instituições particulares de Solidariedade Social que desenvolvam actividade na área da educação; um (1) representante dos Serviços Públicos de Saúde; um (1) representante dos Serviços de Segurança Social; um (1) representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; um (1) representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e do Desporto e um (1) representante das Forças de Segurança. E depois diz: "De acordo com as especificidade das matérias a discutir no Concelho Municipal de Educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise". Portanto, está aqui escrito quem é que pertence. Penso que esta dúvida tinha surgido na última Assembleia. Deixem-me só dizer-vos, já agora se me permite, Senhor Presidente, que neste momento, os nossos

serviços contactaram todos os representantes. E deixem-me dizer-vos que eu mostro sinceramente alguma estranheza relativamente às pessoas que são designadas para integrar este conselho, nomeadamente os organismos públicos. Quero-vos dizer, por exemplo, que não estou a ver a Senhora Directora Regional a participar nos catorze (14) Municípios, acho estranho, por exemplo, que os directores do Centro do Emprego participem em todos eles porque é o mesmo, porque tenho conhecimento que tem sido o mesmo enviado para todos. Aparecem algumas pessoas da Guarda Nacional Republicana que eu desconheço e, portanto, tenho algumas dúvidas. De qualquer maneira, pelo menos à semelhança dos conselhos consultivos, no passado dá pelo menos a fachada democrática, não é?

Maria Filipa de Almeida : Eu não tinha, não tinha tido acesso ao decreto lei, mas se o Senhor Presidente depois permitir tirar uma fotocópia, gostava de ficar com isso também. É uma matéria que conheço com alguma profundidade. Estes Conselhos Municipais de Educação já existem com outro nome em muitos concelhos; os Conselhos Locais de Educação precederam-nos; portanto, estas estruturas já estão a funcionar, mas com a progressiva transição de novas competências, transferência de novas competências para as autarquias, estes conselhos vão ter certamente uma importância fundamental até por aquilo que, por aquilo que vão desempenhar, pelas competências que vão desempenhar. Eu encontrei há bocado um documento da Associação Nacional de Municípios sobre esta matéria que chama a atenção - agora não sei onde é que está - mas que chama a atenção para a importância do funcionamento destes conselhos e, tal como o Presidente, eu estou preocupada com a composição que está a ser dada. Porque concerteza que a resposta que é dada a Borba é dada a Vila Viçosa, a Estremoz e aos outros concelhos, e depois na prática isto não funciona ou então funciona com os representantes locais e não funciona com os representantes do Poder, do Poder Central. E isso é uma coisa que sempre me tem preocupado: se calhar é mesmo uma fachada de democracia; se calhar é mesmo um faz-de-conta que temos um organismo descentralizado e não temos coisíssima nenhuma. O que, o que queria sugerir, queria perguntar e também surgir é que parece-me que o procedimento que foi adoptado ainda vem complicar mais aquilo que, que a própria, que a própria legislação já complicou o suficiente. Que é assim, se nós aprovarmos, se esta Assembleia aprovar esta proposta do Conselho Municipal de Educação, os representantes, portanto, as pessoas que, que participam neste Conselho Municipal de Educação são rigorosamente estas que aqui estão e não outras. Portanto, se nós aprovarmos estamos a aprovar um conjunto de nomes e não de representantes de instituições ou de organismos, e queria chamar a atenção para isto porque me parece que o procedimento correcto deveria ser - tal como foi no Conselho Municipal de Segurança - a Assembleia Municipal aprovar a constituição do conselho que, no fundo, é de acordo com a lei - e se não temos Ensino Superior Público, então, não podemos cá ter um representante do Ensino Superior Público - a Assembleia Municipal aprovar a constituição do conselho por organismos e entidades e depois a Câmara fazer o convite a esses organismos e a essas entidades para nomear os seus representantes. Mas, eu sei, eu estou a perceber, mas penso que depois da Assembleia Municipal aprovar a constituição do conselho é que se deveria fazer o convite às instituições para nomear o representantes. Porquê? A instituição nomeava o senhor Manuel Joaquim e em substituição poderia mandar o Joaquim Manuel. Assim, se a Assembleia Municipal aprovar esta constituição, as pessoas são rigorosamente estas e não outras. Não sei se me estou a fazer entender. Portanto, então se nós aprovarmos isto, por exemplo, se nós aprovarmos esta constituição que aqui está e esta proposta da Câmara, se o senhor professor João Carlos Chicharo Lopes não poder estar presente numa reunião em representação do pessoal docente do Ensino Básico Público, ele não pode ser substituído. Portanto, só chamava a atenção para isto porque me parece que devemos aprovar - à semelhança de outros conselhos e do Conselho Municipal de Segurança - devíamos aprovar representantes das entidades tais, tais e tais e depois são as entidades que enviam à reunião o seu representante. E não com os nomes já aqui expressos, porque senão aquela, aquela dificuldade que o Senhor Presidente referiu em relação aos organismos do Poder Central pode-se estender também a organismos do Poder Local e até de, de entidades do nosso concelho.

Presidente da Assembleia Municipal : António Anselmo, faz favor.

António Anselmo : Boa noite. Na minha opinião, esse Conselho Municipal de Educação devia ter representação das Juntas de Freguesia que têm escolas ou que, pelo menos, organizam os espaços escolares e penso que há uma coisa que falha aqui em relação a uma situação preocupante: não há

ninguém que defenda ou pelo menos represente as chamadas crianças deficientes. Penso que a lei é omissa nisso. As Juntas de Freguesia como representante, organizadoras e gestoras do espaço escolar são fundamentais; neste caso a Matriz, a Orada e Rio de Moinhos. E depois alguém representante da CERCI ou Associação Portuguesa de Deficientes. É só isso.

Presidente da Assembleia Municipal: Mário de Deus, faz favor.

Mário de Deus : Boa noite a todos. Ó Senhor Presidente, a minha intervenção, o meu pedido de intervenção era apenas porque me estava a parecer que esta Assembleia estava muito lacónica, muito calada, muito silenciosa, estava a ficar muito tácita. Fico mais satisfeito por, de facto, aparecer um assunto que suscita a participação de alguns deputados. Penso que a proposta da Filipa vá, é complicada, não entendo na minha cabeça porque o regulamento está aqui, não é? Portanto, eu penso que é, é bom que a gente participe, é bom que a Assembleia se pronuncie, é bom que cada um de nós dê as suas ideias, mas como é que, como é que alteramos isto?

Presidente da Assembleia Municipal : Rui Sá, faz favor.

Rui Sá : Gostava só de falar um pouco da experiência, portanto, da escola da qual eu faço parte. Quando foi feita a constituição do conselho Municipal da Educação, portanto, nós enviámos o nome de dois (2) representantes, um efectivo e um suplente. Portanto, enviei o nome do membro efectivo e a indicação de que se fará representar o professor tal, na sua ausência. Isto, à semelhança do presidente e do vereador. É só.

Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

Presidente da Câmara Municipal : Sim senhor. Bom, eu penso que se calhar esta intervenção do deputado Rui Sá resolveu aqui a situação. Resolveu a situação, era exactamente isso que eu ia dizer. Bom, mas eu suponho que já tinha dito isto aqui numa Assembleia anterior, esta situação era muito mais grave ainda porque eu tenho, tenho - felizmente ou infelizmente, não sei muito bem - tenho o pelouro da Educação na Associação Distrital de Municípios e fui recebido pela Senhora Directora Regional exactamente para tratarmos este assunto. E era intenção, na altura, da Direcção Regional ser ela a nomear os professores para cada escola. Antes, suponho eu e suponho que a minha intervenção sensibilizou a Senhora, a Senhora Directora Regional no sentido de pôr a mão na consciência e não fazer uma coisa dessas. E fui eu que lhe propôs que, nesse caso, o que deveria fazer era consultar, no caso das escolas, os Conselhos Executivos que fizessem, desencadeassem um processo de eleição e isso aí era um problema de cada uma das escolas porque, numa fase inicial, a Direcção Regional estava-se a preparar para ser ela a nomear, no caso concreto das escolas, os professores, o nome. Naturalmente que nós aqui adiantámo-nos e aquilo que podemos fazer e foi isso que fizemos, portanto, nós pedimos a cada um dos organismos representados e aqui indicados em decreto-lei, que nos indicasse o nome da pessoa. Claro que podemos pedir um suplente, portanto, o facto de hoje aqui se a aprovar estes nomes, não significa que sejam só estes. Porque naturalmente que há a aprovar o representante do pessoal docente do Ensino Básico e Público, Público, por exemplo, no caso do João Carlos Chícharo Lopes. Se da escola, do Ensino Básico Público, a escola me indicar como suplente um segundo, uma segunda pessoa naturalmente que será contactada essa segunda pessoa, convidada a participar, não é? Portanto, eu penso que, o facto de estar aqui não é muito significativo. Mostro mais preocupação relativamente à questão por exemplo, da Segurança Social, da presente, de indicar apenas um nome; dos Serviços Públicos de Saúde indicar apenas um nome, mas aqui indicam mesmo apenas o nome, quer dizer, dá-me a sensação que não querem cá vir. Portanto, já, por exemplo, a Direcção Regional indicou três (3) nomes. A Senhora Directora Regional, aparece aí o nome, salvo erro. Portanto, eu penso que isto não tem, não tem grande importância o facto de aparecer os nomes das pessoas. Se não aparecer esse, terá que aparecer outro como representante dos Serviços Públicos de Saúde ou dos vários serviços previstos em decreto-lei. Já relativamente à questão que levantava o Senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu, quer dizer, nós não podemos, seria com todo o gosto que eu gostaria de ter um representante das Juntas de Freguesia, mas não, quer dizer, o decreto-lei não me permite que eu os tenha lá. Assim como em relação à questão dos deficientes, claro que aí, aí se calhar a questão não se levanta, não é muito grave porque a partir do momento em que estão os representantes do

Ensino Público e do Ensino Privado, do Ensino Privado, portanto, subjacente está o ensino das pessoas com deficiência, portanto, quando aparece um representante, representa as pessoas com e sem deficiência, naturalmente. E disse.

Presidente da Assembleia Municipal : Rui Sá, faz favor.

Rui Sá : Era só para completar o esclarecimento que eu fiz há pouco. Em Vila Viçosa o que fizemos foi, submetemos o assunto ao Conselho Pedagógico e o que foi decidido em Conselho Pedagógico foram, dois (2) representantes, o efectivo e o suplente - ao Conselho Municipal de Educação. Serão sempre dois membros do Conselho Executivo. Decidimos depois, no Conselho Executivo, quais seriam as pessoas. Portanto, vai um, que é o efectivo, e fica outro, que é o suplente. Ao fim de três (3) anos, se o Executivo mudar, será à mesma, por inerência de cargo, dois (2) membros do Conselho Executivo, se entretanto o Conselho Pedagógico continuar a achar que assim seja.

Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Vamos passar à votação. Quem vota a favor desta proposta apresentada pela Câmara para a formação do Conselho Municipal de Educação, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções.

Ponto três ponto seis: "Proposta de Alteração aos Regulamentos de Venda de Lotes Habitacionais dos Loteamentos da Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), Nave (Nora) e Forno Orada".

Presidente da Assembleia Municipal: Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, se me permite, embora estes regulamentos tenham sido aprovados em reunião de Câmara, e após termos feito uma melhor reflexão sobre o texto, eu acho que nós devíamos ainda ponderar melhor este ponto. E, portanto, o que eu sugeria era que a Assembleia não se pronunciasse sobre estas alterações dos regulamentos. Nós levaríamos a uma próxima reunião de Câmara esta questão e provavelmente vamos alterar o conteúdo. Portanto, escusava de ser agora discutido.

Presidente da Assembleia Municipal : Alguém quer usar da palavra? Portanto, íamos aceitar que este ponto fosse retirado do período da Ordem do Dia para que a Câmara possa reflectir sobre ele. Alguém se opõe? Ninguém. Vamos passar ao ponto seguinte.

Ponto três ponto sete: "Apreciação Sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira".

Presidente da Câmara Municipal : Obrigado, Senhor Presidente. Em relação a este assunto, começaria pela situação financeira e particularmente com a situação do endividamento. E queria-vos apenas comparar, queria-vos apenas dizer ou queria, pelo menos aqui nesta Assembleia, comparar o que existia e o que existe. Isto é, se esta Câmara, se a legislação não fosse alterada, ou seja, se aquilo a que eu chamo os atentados que têm sido feitos ao Poder Local não tivessem sido feitos, isto é, se a lei continuasse, se o limite máximo de capacidade de endividamento continuasse a reger-se pela lei quarenta e dois, noventa e oito (42/98), a Câmara Municipal de Borba poderia contrair um valor, o maior dos limites do valor do endividamento. Seria de oitocentos e três mil, trezentos e vinte e cinco euros (803.325), isto se fosse, se continuasse em vigor a lei quarenta e dois, noventa e oito. Como as coisas mudaram, então, de acordo com a lei . Nós apenas podemos recorrer a empréstimos que nos foram, de certa forma impostos, portanto, a Câmara recebeu a informação que durante o ano de dois mil e três (2003) e após ter sido rateado pelos municípios com capacidade de endividamento disponível apurado nos termos do número um (1) do artigo dezanove (19) da lei trinta e dois (32) b) de dois mil e dois (2002), o valor disponível para recorrer a empréstimo era de trezentos e trinta e sete mil quatrocentos e vinte euros (337.420). Pronto, isto prova que a mudança da lei, contrariamente àquilo que se dizia, a lei vai penalizar bastante as autarquias em termos de empréstimos e vai penalizar, ou pelo menos ia penalizar, esperemos, ainda tenho muitas dúvidas com a questão da Sisa e da Contribuição Autárquica. Portanto, como sabem as coisas vão mudar,

a Sisa já a partir, suponho eu, do mês que vem; a Contribuição Autárquica a partir do ano que vem e, portanto, teoricamente diz-se que a receitas vão aumentar; a análise que faço não é essa e, portanto, continuo a pensar que em termos de capacidade, em termos de situação financeira, isto que está a ser feito vai penalizar drasticamente as autarquias e vai fazer com que as autarquias sejam privadas, se calhar, de executar determinado tipo de obras que à partida poderiam, ou pelo menos teriam todo o gosto em fazer. Depois aparece-vos aí um outro mapa, um mapa comparativo, portanto, que permite ver em termos de orçamento (receitas e despesas) qual é que foi a execução trimestral. Eu penso que temos estado a fazer o melhor possível, cortando o mais possível e penso que as coisas têm mais ou menos funcionado. Em termos de actividade desta Câmara, eu ressaltava apenas algumas obras no que se refere ao meu pelouro e do vereador Artur que está doente e que, portanto, não pode estar aqui presente. Em termos de coordenação geral e representação ressaltava aqui três (3), eles estão escritos, não vale a pena estar com grandes dissertações sobre eles, de qualquer maneira mostrar-vos a participação e preocupação que tive sempre que participei nas Assembleias, na Assembleia Inter-Municipal e nos Conselhos da Administração da Associação Nacional de Municípios relativamente à questão dos resíduos sólidos e urbanos, felizmente que hoje penso que acabaram de alcatroar a estrada de acesso à central de transferência de lixo. Pronto, quer-vos dizer que os funcionários estão contratados há cerca de três meses, suponho eu. Os funcionários estão contratados, a central não funciona, primeiro porque faltava uma bomba e a casa do furo - neste momento está tudo pronto - e faltava a estrada. Alargamos uma estrada e fizemos uma estrada provisória, a empresa que faz o transporte disse que não punha lá os camiões porque se estragavam. Neste momento penso que as coisas estão previstas arrancar, tal como os ecopontos e penso que já não é sem tempo. Depois também referir-vos que participei num seminário e que vem na sequência daquilo que vos dizia há bocado - sobre Tributação do Património Imobiliário onde, de certa forma, tudo se encaminhava para que as coisas funcionassem, em termos de Sisa e Contribuição Autárquica, de maneira completamente diferente daquela que passado um mês acabou por se vir a verificar. Foi um seminário que se realizou em Lisboa, promovido pela Associação Nacional de Municípios em que se tomaram determinadas decisões; em que se ouviram, da parte dos responsáveis, inclusivamente do ex-ministro Isaltino Morais, algumas esperanças de que realmente as coisas iam melhorar, iam funcionar melhor e depois as coisas caíram naquilo que todos nós sabemos. Também a organização este ano da comemoração da Batalha de Montes Claros - que vai ser de forma diferente, espero eu - em que todo o desenrolar das actividades se vai dar na maior parte dos casos em Borba, com alguns actos simbólicos junto dos monumentos, quer da Orada quer do padrão de Montes Claros e depois todos os eventos vão acontecer em Borba nomeadamente a actuação da Banda da Região Militar Sul e o desfile que em princípio será na Praça. Ainda, a participação no colóquio de iniciativas do desenvolvimento local Líder e também ao nível de desenvolvimento do planeamento, reunião com o GAT de Évora sobre o plano de pormenor da ZH1, que, neste momento está avançar, tendo o GAT ficado de entregar uma proposta no dia vinte e dois (22) deste mês, entretanto o arquitecto foi em serviço, da Ordem dos Arquitectos e, portanto, penso que dia seis (6) de Maio já cá está, espero que nos seja entregue essa proposta. Também a participação na primeira Assembleia da Sociedade Anónima de Abastecimento de Águas e de Saneamento do Centro Alentejo, o sistema multi-municipal, que foi criada por decreto-lei em treze (13) de Março. Este fim-de-semana, em conjunto com todas as autarquias que entram neste sistema, vamos visitar o sistema multi-municipal de águas no Algarve. Depois em relação a obras, não está cá o senhor vereador, mas deixem-me apenas dizer-vos que têm continuado a reparação de caminhos; temos continuado com os loteamentos; arrancou com mais força a Rua de São Francisco e estamos em fase final de conclusão do projecto da Ribeira; foi inaugurada a ETAR da Ribeira, além disso, também dizer-vos que foi concluído o largo de São Sebastião que faz parte do projecto da Rua São Francisco e, além disso, dizer-vos também que nesta rua deparamos com um problema muito complicado e que não tinha sido candidatado, e que nos deixa alguma preocupação que é o estado lastimável em que estão os esgotos e as águas da Vila. Fomos experimentar abrir e verificámos que tudo o que são ramais de águas e esgotos estão podres e se a Rua de São Francisco está assim significa que o resto da Vila está assim, pelo menos tudo o leva a crer. Isto é muito preocupante, sobretudo porque estamos em dois mil e três (2003), sobretudo porque não sabemos o que é que vai acontecer depois de dois mil e seis (2006), sobretudo porque temos muitas obras para arrancar e sobretudo porque temos que entrar com trinta por cento (30%) e que não estou a ver muito bem, com estas receitas que vamos ter e com o facto de não poder recorrer ao endividamento, como é que podemos vir a aproveitar esses fundos comunitários. Já agora, eu penso que isto é em primeira mão, até porque não

estive na reunião de Câmara, não sei se foi transmitido se não, também conseguimos a aprovação de dois (2) projectos, dois projectos que, de certa forma, penso que são importantes para o concelho: um que é a estrada que liga Barro Branco à Nora e outro que é a recuperação de todos os caminhos da estação de caminho-de-ferro em direcção à Nora e em direcção ao Barro Branco. Portanto, todos esses caminhos vão ser reparados, vai ser colocado toutvenan e, portanto, não vão ser alcatroados, mas pelo menos vão ser todos, todos melhorados; foram aprovados na última unidade de gestão da AIZM. E, para já, ficava-me por aqui.

O Vereador Humberto Ratado : Boa noite a todos. Dentro das minhas actividades gostaria de salientar a quinta (5ª) edição da Feira do Queijo: decorreu conforme as nossas expectativas, apesar das condições climáticas, mas parece que o São Pedro também esteve desta vez um pouco do lado da Feira Queijo e permitiu-nos fazer estes três (3) dias de festa muito bons. Quero também salientar uma reunião que tive com a Directora da DREA onde tivemos a falar sobre o assunto da carta educativa, assim como do pavilhão gimnodesportivo. Foi uma reunião muito proveitosa onde a carta educativa vai ser elaborada pelos nossos técnicos em conjunto com os técnicos da DREA, já tiveram uma primeira reunião aqui na Câmara Municipal para dar andamento à dita carta. Parece que está previsto esta carta levar algum tempo; foi estimado pela própria Directora na ordem dos doze (12), doze meses. Vamos esperar que seja ainda mais curto, consoante o andar dos trabalhos. Quanto ao gimnodesportivo, o que aconteceu foi que nalgumas ocasiões em que choveu bastante, alagou-se parte dele com água, danificando obviamente o pavilhão e os equipamentos. É visível as aberturas, digamos, as fendas nas paredes, as fendas no próprio pavilhão, assim como recentemente, muito recentemente as caldeiras deixaram de funcionar, primeiro uma e depois outra. Mas, nós fizemos uma vistoria com os nossos serviços técnicos em Janeiro, foi enviado todo o processo à DREA que encaminhou o processo para o empreiteiro. Hoje já tivemos aqui os engenheiros da empresa BETOFER para verem então as anomalias que estavam no pavilhão e tentarem num curto espaço de tempo e o mais urgente possível, reparar todas estas anomalias. Devo dizer que dos doze (12), dos doze pavilhões feitos no, no Alentejo, sete (7) foram para um grupo e cinco (5) ficaram com o grupo BETOFER e esses cinco têm todos os mesmos problemas. Eles alegam que é um problema de projecto, a DREA não entende assim, mas pronto, isso é um problema deles.

Presidente da Câmara Municipal : Se me permite, já agora, e penso que embora tenha sido falado em reunião de Câmara, "off the record", portanto, assim um bocado sem ficar em acta, mas de qualquer maneira já que estamos aqui na Assembleia, queria-vos dizer em primeira mão que estamos neste momento a preparar um evento que se chama a primeira Feira das Ervas Alimentares. Essa Feira de Ervas Alimentares, em princípio, vai decorrer na Orada entre vinte e sete (27) e vinte e nove (29) de Junho integrada numa série de iniciativas culturais que vão existir, que se prendem com o folclore, que se prendem com a dança e, portanto, vamos experimentar mais uma iniciativa; é uma coisa em que a nossa região é rica, achamos que a época tem que ser mais cedo, mas como ideia, não queremos deixar este ano de a fazer porque outros a apanham, concerteza, porque, de facto, é uma coisa que é inovadora, está na moda e, portanto, é uma experiência que vamos fazer na Orada, uma terra que tem sido - ao longo dos tempos - esquecida e, portanto, queremos fazer isso este ano lá.

Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar? António Paixão, faz favor.

António Paixão : Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e companheiros, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, companheiros representantes desta Assembleia, estimado público, boa noite a todos. Conforme o ponto três ponto sete (3.7) diz: "Apreciação Sobre as Actividades da Câmara e da Situação Financeira", sobre a situação financeira só um apartezinho que queria deixar é que já temos da Senhora Ministra das Finanças um compromisso político de que as Câmaras irão ser ressarcidas das verbas que, porventura, venham a perder, daí que pede-se à Câmara que tenha as contas bem feitas para depois as poder apresentar logo que o oportuno. Relativamente à "Apreciação das Actividades da Câmara", se aqui tiver que dar uma nota, dou de facto uma nota positiva e é de congratulação pelo êxito que conseguimos com a realização da quinta (5ª) edição da Feira do Queijo em Rio de Moinhos. Estou agradecido, em nome da freguesia de Rio de Moinhos, estou agradecido pelo empenho que foi posto neste evento a nível da Câmara e pedir-lhe que proporcione para que ela, em anos

futuros, cresça cada vez mais. Ao mesmo tempo daria nota positiva por algumas obras que tenho visto realizarem-se na freguesia de Rio de Moinhos, concretamente a Rua da Ferrenha; a tão desejada Azinhaga da Boavista e o largo da ponte; a ETAR da Ribeira finalmente foi inaugurada. O Senhor Presidente já aqui deu conhecimento, mas eu fazia questão também de, sendo uma obra da minha freguesia e que eu tanto reivindiquei aqui neste espaço e noutras, fazia questão de mencionar, assim como as lombas da Talisca e da Gardeira; algumas obras nos loteamentos, bem como a chegada dos moloques tão desejados, tão reivindicados a Rio de Moinhos. Mas isto não me deixou satisfeito por completo e dentro destes estrangulamentos de verbas de que as Câmaras estão a sofrer. pedia ao Executivo Camarário que, enfim, arranjasse engenho e arte para combater tudo isso e providenciasse outras obras que nós prometemos ao nosso eleitorado e já que mesmo, mesmo que todas não sejam possíveis, mas que uma grande parte delas avancem para, enfim, cumprirmos os nossos compromissos. Nomeadamente, em termos de freguesia de Rio de Moinhos, os polidesportivos, quer no Barro Branco, quer em Santiago; os terrenos para a habitação e centro de noite e convívio em Santiago, o centro de convívio do Barro Branco e da Nora; os arranjos das calçadas dos loteamentos, particularmente da Nave, e que há por ali calçadas que se estão a demolir. Enfim, caminhos rurais, águas da Nora e de Santiago, portanto, pedia um empenho a este Executivo para que consigamos levar por diante uma grande parte das obras com que nos apresentámos ao nosso eleitorado. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal : Doutor Jerónimo Cavaco, faz favor.

Jerónimo Cavaco : Bem, Senhor Presidente, penso que as suas preocupações são mais do que legítimas no que respeita, digamos, ao estrangulamento das verbas que com certeza irá acontecer no decorrer nos próximos anos. Ainda mais legítimas se tornam quando temos a consciência que no mandato anterior foram gastos qualquer coisa como dois virgula três milhões de contos em investimentos que foram ditos como estruturantes para o concelho; investimentos que dizem que, de facto, foram feitos, tendo em vista a melhoria das condições de vida no concelho de Borba. Não há dúvida absolutamente nenhuma que foram feitas algumas coisas, mas também não há dúvida absolutamente nenhuma que aquilo que esta Câmara recebeu de herança, para além dos problemas a nível financeiro, alguns dos quais já discutidos hoje: a não implementação em devido tempo do POCAL; problemas a nível de financiamentos; problemas a nível da própria gestão de tesouraria, do fundo da tesouraria da Câmara Municipal deixou aquilo que poderemos chamar uma mão cheia de nada. Porque, de facto, os projectos pelos vistos eram mais do que muitos, muitos aliás, e pegando naquilo que o Senhor Presidente disse, foi feito ao longo destes quatro (4) anos ou dos últimos quatro anos antes deste novo Executivo uma repavimentação constante das ruas da Vila, como por exemplo - apenas para dar o exemplo - sem haver a preocupação daquilo que, de facto, se passa por baixo dessa quantidade de alcatrão que foi sendo colocada. É mais do que legítimo que esta Assembleia e que os munícipes de Borba comecem a ter, de facto, a preocupação e a noção de que aquilo não foi feito durante quatro (4) anos, mas foi dito há população que efectivamente tinha sido feito dois virgula três milhões de contos não são dois virgula três milhões de euros, pelo contrário, são dois virgula três milhões de contos que foram utilizados talvez alguma parte em proveito do concelho e a outra provavelmente acabou por ser desperdiçada em fundos de oportunidade e candidaturas que provavelmente nunca serão ou nunca poderão vir a ser, digamos, executadas em benefício do concelho. Aquilo que eu queria deixar aqui patente hoje é que, de facto, olhando para aquilo que poderia ter sido feito, olhando para aquilo que o concelho de Borba merecia ter neste momento, olhando para aquilo que o concelho de Borba tem e olhando para aquilo que este Executivo pretende fazer, foi dito no início destas Assembleias que não seria uma tarefa fácil e se provavelmente fosse fácil não estaríamos cá nós ou não estaria cá este Executivo, estaria cá outro. De facto, a população de Borba, apesar de muita gente dizer que durante quatro (4) anos, a única coisa que existiu foi boicote por parte da Assembleia anterior, um boicote a nível do poder central, eu parece-me que aquilo que houve foi, de facto, uma mão cheia de nada. Muitos projectos, muita, digamos, conversa - permitam-me a expressão - e, de facto, acabamos por olhar para o estado do concelho de Borba e acabamos por estar neste momento preocupados com aquilo que nós pretendemos fazer e com a incapacidade com que nos debatemos para que efectivamente o consigamos fazer. Não há dúvida absolutamente nenhuma que aquilo que o nosso colega de bancada e Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos referiu é fundamental ser feito; o problema é que esta Câmara tem que conseguir arranjar meios para o fazer. E a partir do momento em que nós olhamos para os Fundos

Comunitários, olhamos para o alargamento da União Europeia, olhamos para as mais recentes medidas aprovadas hoje em plenário da Assembleia da República no que respeita ao novo projecto lei sobre a Sisa, chegamos à conclusão que o concelho de Borba há anos consecutivos que vem perdendo anos de desenvolvimento. Continuo a achar que não é tarde para o concelho de Borba, mas continuo achar que cada vez é mais difícil conseguir fazer do concelho de Borba aquilo que nós um dia pensámos e sonhámos que efectivamente seria possível. Sonhar é legítimo, mas também gostaria de dizer que a diferença entre o sucesso e o fracasso é, de facto, fazer uma coisa quase bem ou consegui-la fazer bem. Espero que, de facto, que este Executivo prime - como tem primado até agora - acima de tudo por uma postura de seriedade, uma postura de tentar fazer as coisas com cabeça, tronco e membros e não tentar fazer as coisas porque de facto, estamos em cima de período de eleições autárquicas ou porque tem que ser feito e vamos resolver o problema. Porque os problemas que este Executivo, que esta Assembleia e que esta Câmara herdou de facto, são mais problemas de resolução imediata e apaga fogos do que, digamos, haver um projecto estruturado para o futuro do concelho de Borba. É triste que ao longo destes últimos anos, pouco ou nada se tenha feito a nível do desenvolvimento do concelho, porque verificamos que existem, de facto, documentos que dizem que foram gastos dois virgula três milhões de contos em investimentos estruturantes para o concelho de Borba e eu sinceramente, enquanto jovem - porque o sou - pergunto-me onde é que estão esses investimentos estruturantes para o concelho de Borba. Sinceramente pergunto-me porque, na realidade, não os vejo; porque, na realidade, não os vejo. Se calhar tenho um problema de visão grave porque na realidade basta olhar em volta e não me venham dizer que nós estamos com a conversa de olhar em volta, porque nós temos mesmo que olhar em volta porque Borba está, digamos, limitada àquilo que é o seu próprio espaço em termos de concelho, com concelhos em redor bastante desenvolvidos que souberam e tiveram capacidade para aproveitar quadros comunitários consecutivos, fundos comunitários que, efectivamente, foram aplicados no desenvolvimento real do concelho e não no hipotético desenvolvimento. Espero que, de facto, daqui a dois (2) anos, quando este Executivo terminar que eu esteja aqui a fazer precisamente o discurso contrário daquele que estou a fazer neste momento, porque lamento ter que o fazer, mas de facto, os factos são mais do que evidentes e, como alguém disse, contra factos não há argumentos. Muito obrigado.

Luís Manuel do Nascimento : Ó Senhor Presidente, é confrangedor estarmos no meio já do segundo ano deste mandato e ainda estamos a ouvir que a incapacidade de execução deste Executivo é da responsabilidade do Executivo anterior. Mais a mais, vendo nós que as obras que estão a ser realizadas neste momento, neste concelho são obras que foram ou lançadas pelo Executivo anterior ou programadas pelo Executivo anterior. Obras novas, de facto, aí é que eu tenho a visão muito curta. Sobre a situação financeira da autarquia, queria fazer uma recomendação à Câmara, que é no sentido de que a informação que nos é prestada no meu ponto de vista, ou no nosso ponto de vista, é uma informação que é, de facto, muito curta. Refere-nos o limite do endividamento e refere-nos os encargos processados e não pagos. Penso que esta Assembleia teria todo o interesse em conhecer também a situação actual das dívidas de empréstimos bancários; as dívidas decorrentes dos contratos de leasing; as dívidas a fornecedores cabimentadas e, ou comprometidas. Portanto, com esta informação penso que, de facto, ficaríamos com uma cabal situação financeira. Em relação aos quadros que são aqui apresentados, só fazer dois (2) ou três (3) comentários, vemos que, de facto, há uma grande incapacidade de execução neste Executivo; só executaram, neste primeiro trimestre, dezasseis vírgula cinquenta e dois por cento (16,52%) do que o deveriam ter executado, portanto, sendo que a média boa, por assim dizer, seria os vinte e cinco por cento (25%), vemos que ficaram bastante aquém dessa, dessa execução, que o quadro seguinte revela perfeitamente que só foram executados dois terços (2/3) daquilo que tinha sido orçamentado. Portanto, sessenta e seis por cento (66%), portanto, são dois terços daquilo que tinha sido orçamentado. Por outro lado, há aqui um outro dado que era importante referir que são as despesas correntes, as despesas correntes estão a ser suportadas, estão a ser suportadas por receitas de capital, cerca de dez por cento (10%), por cerca de dez por cento das receitas de capital. Os números estão aí assim, é só fazer contas e vê-se que isso é um facto. Enquanto se receberam setecentos e quarenta seis mil euros (746.000) em receitas correntes, teve-se uma despesa corrente na ordem dos oitocentos e trinta e cinco mil euros (835.000) o que quer dizer que cerca de dez por cento (10%), portanto, oitenta e oito mil euros (88.000) tiveram que ser suportados pelas receitas de capital sobre as receitas correntes, o que dá, o que dá, de facto, uma taxa de cobertura das receitas correntes na ordem dos oitenta e nove por cento (89%) somente.

Portanto, a continuar este tipo de, de gestão, no final do ano o défice será muito mais elevado naturalmente. Para já era isto.

Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar sobre este assunto? Faz favor.

Maria Filipa Almeida : Eu olho para este relatório de actividades e para a apresentação verbal que o Senhor Presidente e que o Senhor Vereador fizeram e fico com algumas dúvidas e com muito mais preocupações. Ouvi o Senhor Vereador sobre os problemas, o leque de problemas que apresentou e só lhe queria dizer uma coisa, em relação às responsabilidades do Poder Central relativamente a equipamentos, nomeadamente o pavilhão desportivo, o Senhor Vereador espere sentado para não se cansar. Porque da Direcção Regional de Educação e de outros organismos do Estado, a conversa de que vão fazer, de que vão resolver, é velha, é mais velha do que a própria existência dos organismos. E a única coisa que vejo apresentar nesta Assembleia são problemas, problemas, e mais problemas e, como disse o meu camarada de bancada Luís Nascimento, os projectos que estão em execução são projectos que vinham do mandato anterior; são projectos que estavam feitos e que estão a ser implementados. Não vemos nada de novo, passou quase um ano e meio, dizia um ilustre político deste país - que não era nem Socialista nem Comunista - o Professor Cavaco Silva dizia muitas vezes que o estado de graça e a desculpa com os governantes anteriores não pode durar mais de seis (6) meses, aqui já passou quase um ano e meio. Começa a ser preocupante porque hoje não trago comigo, mas trago quase sempre o programa que o Partido Socialista apresentou para todo o concelho e por este andar nós vamos chegar ao fim do mandato e o balanço vai ter que ser diferente. Aliás, há bocadinho escrevi aqui uma nota para um camarada de bancada assim do estilo "o discurso já está a mudar". É normal que isso aconteça, as dificuldades existem, aparecem, já existiam algumas, existem hoje outras, vão existir mais, mas era bom que, que todos nós pensássemos e repensássemos quando fazemos promessas, o povo às vezes tem memória curta, mas outras vezes não é tão curta como isso. Fazem-se promessas sem se conhecer a realidade, sem se conhecerem as dificuldades e depois naturalmente elas têm que ficar pelo caminho. Ouvir uma lista de dificuldades não é novidade nenhuma, nem para os membros da Assembleia nem para o público que nos dá a honra da sua presença. Ouvir soluções e ver soluções, já seria uma coisa melhor, porque agora é o Partido Socialista que é maioria nesta Câmara; agora a responsabilidade é do Partido Socialista, a responsabilidade agora não é da CDU. Já foi, agora não é. A população fez outra escolha, portanto, a desculpa com o passado não pode existir, porque se alguma coisa está a ser feita, ela veio do passado. Já agora, uma nota que me preocupa sobre o relatório de actividades que foi apresentado a esta Assembleia, eu já estou e tenho a certeza que não sou a única pessoa preocupada e desgostosa com o que aconteceu ao nosso jardim, com o que aconteceu aos plátanos, mas vejo uma, uma nota no relatório de actividades sobre o futuro parque de feiras e vejo lá uma nota que diz que se vão arrancar as oliveiras e que os mercados vão, irão passar para a nova zona, para um novo espaço de feiras. A minha pergunta é: se já há projecto por que é que se vão arrancar as oliveiras? As oliveiras não são compatíveis, não serão compatíveis, no projecto, com a instalação dos mercados e das feiras? Vão-se arrancar para quê? Não se trata de mudar uma peça de mobiliário urbano, trata-se de arrancar árvores e, em relação às árvores e ao ambiente, esta Câmara já deixou os Borbenses muito preocupados.

Presidente da Câmara Municipal : Bom, então vamos lá ver se eu consigo responder e rebater algumas questões que foram aqui colocadas. Em relação ao senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, apesar do discurso que eu fiz, não significa que as obras vão ficar por fazer. Já o mesmo não digo relativamente aos compromissos que têm estado a ser referidos no sentido de vir a ressarcir a Câmara da Sisa e da Contribuição Autárquica, mas isso cá estaremos depois para ver. Mas as lamentações que eu fiz relativamente às faltas de verbas não se prendem, não se prendiam muito com essas obras que foram referidas pelo Senhor Presidente de Junta porque são obras que não envolvem somas muito avultadas. Aquelas que me preocupam são, de facto, aquelas que eu considero estruturantes para o concelho e das quais nós temos que encontrar, que arranjar trinta por cento (30%) e, portanto, essas sim, essas poderão vir a trazer problemas de concretização. E pode ser que daqui por quatro (4) anos tenhamos que estar a fazer, à semelhança daquilo que nós estamos a fazer hoje, nós ou outros que cá estiverem, tenham que estar a implementar ou acabar as obras do mandato anterior. No que se refere à questão, referiu aí um assunto importante e que tem que ver com a questão das águas. Águas da Nora penso que vão arrancar na

próxima semana, aliás já arrancaram na Ribeira e, portanto, vão arrancar também na Nora, e o que me preocupa mais é a questão da falta de pressão. E ainda hoje tive uma reunião com uma empresa que veio mandada pelas Águas de Portugal e pelas Águas do Centro Alentejo, que veio a reunir com a técnica da Câmara de Borba para saber quais eram os problemas que afligem o concelho em termos de água e uma das questões que foi - e suponho que houve mesmo visita a Rio de Moinhos - uma das questões que foi levantada foi a questão da falta de pressão de água em Rio de Moinhos e também nas zonas mais altas de Borba; que poderá eventualmente essa empresa, além de trabalhar para as Águas do Centro do Alentejo, também apresentar alguma opção rápida e barata para que as pessoas possam ter mais pressão na água sobretudo nas horas de maior consumo, porque felizmente nós não temos falta de água, o problema é que tomamos banho todos ao mesmo tempo e depois às tantas acontece que nas partes mais altas pode acontecer que haja falta de água, sobretudo na chamadas horas de ponta. Em relação àquilo que o senhor deputado Luís Nascimento diz que estamos a meio do mandato e continuamos a afirmar que a responsabilidade que é do mandato anterior. Não. Só disse isto no princípio, neste momento eu continuo a achar que naturalmente quem ganha uma autarquia tem que executar as obras que estão em marcha ou que estão programadas. Isso era o que mais faltava, o problema que se põe é diferente, é que há quem tenha projectos e há quem faça obras e aqui é que está a grande diferença, porque os projectos de facto existiam, alguns deles, e permitam-me que refira isto, mas não vou falar do passado, vou falar do futuro. De qualquer maneira, considerando que isso foi dito, eu tenho que dizer o que acontece é que havia muitos projectos, muitos deles com lacunas que foram reparadas por nós, há projectos que foram apresentados com graves lacunas, estou-me a lembrar-me por exemplo, um que surgiu hoje que é da Etar da Parreira, onde há assim alguns erros que já ninguém sabe - nem inclusivamente quem fez o projecto - por que é que aqueles valores são assim, são aqueles e não são outros, e portanto, estas situações criam algum embaraço a quem gere, a quem analisa projectos e a quem os executa. Mas, de qualquer forma, aceito a recomendação que me deu relativamente à questão de conhecer melhor a gestão da Câmara, mas quero dizer que quem fez este documento e quem o faz agora é a mesma pessoa e que o faz da mesma maneira. Portanto, se realmente agora há estas lacunas e nós reconhecemos que há estas lacunas - elas sempre existiram - quer dizer, não vamos agora dizer que dantes havia mais transparência do que há hoje, porque a pessoa é a mesma e não houve instruções nenhuma minhas no sentido de colocar mais as coisas ou de esconder alguma informação, antes pelo contrário, gosto das coisas, sempre gostei das coisas com transparência e com clareza. Relativamente às despesas correntes, bom, as despesas correntes não são inventadas por nós, quer dizer as despesas correntes e vindo então a informação de onde vem, sabe perfeitamente que grande parte das despesas correntes que nós temos são despesas que resultam muitas delas da questão do pessoal e essa é uma questão que não é da nossa responsabilidade. De qualquer maneira, nós temos que as assumir e temos que cumprir, mas de qualquer maneira não somos nós que somos responsáveis exactamente por estes dez por cento (10%) que esperemos que venham a ser menos. E tem sido, tem sido norma deste Executivo tentar cortar o mais possível e tentar emagrecer o mais possível as despesas correntes. Temos feito tudo, mas, enfim, há sempre algumas questões às quais nós não podemos fugir. Relativamente à questão do estado de graça, claro que o estado de graça passa ao fim de seis (6) meses, mas nós, obra, temos cá feita e temos muita obra já feita, muita obra já feita. Em relação à questão que a deputada Filipa falava há bocado, a questão do jardim e dos plátanos, não me pronuncio sobre eles porque que já falámos sobejamente sobre o assunto numa Assembleia anterior, de qualquer maneira, em relação à questão do parque de feiras e o pavilhão multiusos, o que há é alguns estudos prévios que nós pedimos e algumas oliveiras que foram retiradas são oliveiras que não têm nenhuma importância e por isso foram arrancadas. Vamos abater mais, as nogueiras, por exemplo, vamos abater tudo aquilo que poder ser abatido porque queremos, de facto, transferir a feira, temos os estudos prévios já feitos, está em fase de discussão, hão-de ir à reunião de Câmara brevemente e vamos passar o mais rapidamente possível para lá. Aliás, já era nossa intenção termos feito a feira de Abril ali, não fizemos porque o tempo não tem permitido, estava praticamente à oito (8) meses a chover, mas vamos de facto passar a feira ali para baixo e vamos avançar com o pavilhão multiusos. E peguei exactamente nesta questão para vos dizer, quando eu me referi há bocado à preocupação dos trinta por cento (30%), é que houve mudanças na orientação política da Comissão da Coordenação e penso que foi para melhor. Porquê? Porque dantes, quando as Câmaras não tinham capacidade para realizar projectos, o que é que a CCR fazia? A CCR acabava por apoiar aquelas Câmaras que tinham mais capacidade para executar obra, ficando as mais pobres depois sem dinheiro para executar os projectos. Este ano logo no dia três (3) de

Janeiro - aliás, suponho que já tinha dito isso aqui - pedi uma reunião ao responsável da Comissão de Coordenação Regional em que lhe perguntei quais eram as verbas a que eu tinha direito para o Quadro comunitário até ao final de dois mil e seis. E a resposta que me foi dada é que brevemente haveria reuniões com todos os Presidentes de Câmara, para tentarmos chegar a acordo e foi isso que a CCR fez. Portanto, a CCR fez um inquérito, fez um estudo e neste momento nós, o concelho de Borba temos garantia para executar todas as obras que nós tínhamos previsto, todas até dois mil e seis. Agora, a questão que se põe e aqui é que eu, aqui é que eu manifestei a preocupação há bocado, é até que ponto é que depois nós, não podendo recorrer ao endividamento e com estas quebras através de receita, vamos encontrar os trinta por cento para realizar essas grandes obras. Naturalmente que nós, à semelhança de outros que já cá estiveram, também sabemos um bocadinho da gestão financeira e, portanto, todo o esforço faremos no sentido de que essas obras se venham a concretizar. Claro que nós tivemos a coragem foi de arrancar com as obras que não se faziam há muito tempo. Estou-me a lembrar, por exemplo, do jardim que continuamos, neste momento a um ritmo que parece menor, mas que em termos de custos se calhar é um ritmo muito superior ao ano passado e que tem que ver com o espaço lúdico que ali temos, com toda a electrificação daquelas casas que estavam junto à casa de banho que partimos do princípio que estavam feitas e não está nada feito e estamos a fazer neste momento. Relativamente ao mercado municipal, estamos a fazer todos os esforços no sentido de encontrar solução para resolver o assunto o mais rapidamente possível; o mesmo em relação ao Palacete dos Melos; o mesmo em relação ao cinema; o mesmo em relação ao parque de feiras e pavilhão multiusos, mas nestas coisas nós não fazemos estudos prévios, nós fazemos projectos porque de estudos prévios fiquei farto. E dou-vos o exemplo do jardim, o jardim municipal está aprovado e diz-se assim: "Sim senhor, está ali uma rampa, então qual é o material de que vai ser forrada a rampa?", ninguém sabe. "Então, e agora os cabos passam aqui e acolá, mas entretanto agora qual é o tipo de, qual é a potência dos cabos?", não se sabe. Portanto, nós neste momento temos gasto algum tempo a fazer projectos, a fazer projectos ou pelo menos a pensar, temos que pensar as coisas, porque senão fazemos tudo prévio e é simples e depois quando se trata de entrar em obra: como é que se executa, como é que se faz, quem toma a responsabilidade? Tomar decisões em cima do arame é muito difícil e pode trazer consequências muito graves. Portanto, nós temos neste momento propostas, propostas concretas com estudos que não vão envergonhar ninguém, porque ainda hoje, por exemplo, em relação à Parreira, se colocava uma dúvida em relação ao projecto e que passava pelo volume de terras a cirandar. Claro que andámos a ver onde é que isso estava escrito, não estava escrito em lado nenhum. Mas estes pequenos pormenores são pequenos pormenores que custam dinheiro. Outra, por exemplo, a Rua de São Francisco é impensável - desculpem que vos diga isso - mas é impensável que alguém tenha apresentado um projecto para a Rua de São Francisco para resolver o problema das águas pluviais e não tenha pensado nos esgotos domésticos e nos ramais de água que não estão no projecto e que vão ser pagos, vão ter que ser pagos pela Câmara Municipal agora e que são custos elevadíssimos. Portanto, são estes pequenos, pequenos/grandes pormenores que é preciso serem pensados, porque às vezes fazer é simples, fazer bem é mais difícil. Deixem-me também dizer-vos que, tinha-me esquecido, mas de qualquer maneira quero-vos dizer que ontem tive uma reunião com o Senhor Secretário de Estado onde lhe apresentei algumas propostas relativamente à agenda local vinte um (21), ficou de me dar resposta sobre hipóteses que há de candidatura de algumas das actividades. E há uma coisa que há bocado o senhor deputado Luís Nascimento falou, eu ficava mal comigo mesmo e ainda por cima fazendo esse tipo de afirmações que fez, se não fizesse um pequeno reparo - e entenda apenas como reparo - e que se prende até com o discurso que eu ouvi no Vinte e Cinco (25) de Abril e que tem que ver com o grave problema, o grave problema ambiental da região que eram as pedreiras e não sei quê e em que é afirmado aqui pelo deputado Luís Nascimento que "não havia vontade política", salvo erro foi isto, "nem havia dinheiro". Sinceramente, se não há vontade política é porque as Câmaras não a têm. Portanto, nós fazemos parte de uma empresa, que é a ADC's Mármore, e que temos andado a fazer todos os esforços no sentido de resolver o assunto e não tem sido seguramente por parte das Câmaras do Partido Socialista que tem havido algum entrave, antes pelo contrário, e dizer que não há dinheiro então esta é que me deixa pasmado. Se não há dinheiro, então, ele está lá, ninguém o gastou nos últimos anos.

Luís Manuel do Nascimento : Ó Senhor Presidente, sobre as questões ambientais, eu coloquei numa ordem inversa que não foi nessa ordem, que é "não há dinheiro e não há vontade política para o resolver", que é diferente daquilo que o Senhor Presidente disse que é "não há vontade política e não há dinheiro". É

que não é a mesma coisa, é que não é a mesma coisa. Depois, em relação à acção integrada, essa acção, a acção integrada data de quando? Deve ser a mesma que eu conheço à três (3) ou quatro (4) anos atrás ou dois (2) ou três (3) anos, que agora não posso precisar. Tinha cinco milhões de contos (5.000.000.000\$00) e nós sabíamos na altura que era insuficiente para resolver os problemas ambientais da zona dos mármore. Mais a mais a acção integrada começou a ser esvaziada com alguns projectos que foram apresentados. O PROZOM, na altura, o PROZOM que é anterior a essa acção integrada, tinha um orçamento de sete milhões de contos (7.000.000.000\$00) para resolver os problemas ambientais das zonas dos mármore; a acção integrada vem três (3) ou quatro (4) ou cinco (5) anos depois - não posso precisar agora - e traz uma verba inferior, quer dizer, então não há dinheiro de facto; não há dinheiro de facto. E o Senhor Presidente sabe também como eu - ou melhor ainda porque está mais dentro dos problemas - que construir as tais estradas ou reparar as tais estradas que o Senhor Presidente ainda há bocado falou de ligação das UNORES, entre as UNORES e as ADC's, adquirir terrenos, adquirir equipamentos, etc., vai ser muito mais do que esses tais, esses tais dinheiros que a acção integrada tem neste momento, só se acção integrada já foi reforçada com dinheiro.

Presidente da Câmara Municipal : Bom, se me permite, eu não queria entrar em diálogo, nem quero entrar em diálogo, mas de qualquer maneira quero dizer o seguinte: naturalmente que as verbas quando são cabimentadas têm um valor e obviamente que depois podem vir a ser reforçadas, se assim se entender que é necessário. Claro que nós não podemos agora, se ainda não tivemos capacidade para gastar-se cinco milhões (5.000.000), dizer que precisamos de sete (7). Quando precisarmos de mais dois (2), então, reivindicaremos isso. De qualquer maneira, dizer-vos também que, no caso concreto do concelho de Borba, é o concelho que neste momento tem, a esse nível, os estudos mais avançados. Neste momento, por exemplo, o estudo global da UNOR e o plano de alteração da zona industrial do Alto dos Bacos - Plano de Pormenor - não está concluído exactamente, só porque houve aqui um problema em termos de levantamento de base digital. Porque logo que esteja concluído, que se espera para breve, esse projecto está pronto. Neste momento foi aprovado, também na última unidade de gestão, o estudo económico para a ADC que existe no nosso concelho, ADC dois (2), salvo erro. Portanto, da nossa parte, da parte do concelho de Borba e da parte deste Executivo tem-se estado a fazer todos os esforços, todo o esforço e continuará a fazê-lo e penso que onde vai avançar mais rapidamente vai ser em Borba e seguidamente em Estremoz, no sentido de resolver o mais rapidamente possível esta situação. Agora, não se trata aqui de questão de vontade política. Suponho que qualquer dos Presidentes de Câmara que está no Concelho de Administração tem vontade política para resolver os problemas.

Presidente da Assembleia Municipal : Senhora doutora, faz favor.

Maria Filipa de Almeida : Não, não tinha intenção de intervir agora, mas depois desta intervenção do Senhor Presidente eu tenho que fazer uma pergunta. Eu sei porque, porque tinha responsabilidades na Câmara, sei das dificuldades da aprovação dos projectos no mandato anterior. Não sei na Câmara porque não, não acompanho a actividade da Câmara como os vereadores e o Presidente, das dificuldades ou das facilidades após as eleições, as últimas eleições autárquicas. Ouvi falar dos projectos que estavam incompletos, que estavam deficientes, que tiveram que ser alterados, que tiveram que ser completados, de aprovações que se conseguiram neste mandato e neste momento eu gostaria de fazer uma pergunta ao vereador Joaquim Serra. Que é, o que é que, como vereador, o que é que mudou em relação aos projectos e às candidaturas desde o mandato anterior - e não foi desde o final do mandato anterior, principalmente nos últimos quatro (4) anos, principalmente em todo o último mandato - o que é que se alterou fundamentalmente no ano passado e neste ano que permitiu que a Câmara de Borba visse aprovados tantos projectos que já estavam candidatados há tanto tempo ou o que é que a Câmara de Borba fez relativamente aos projectos que estavam mal feitos, que medidas é que foram tomadas para que essas obras fossem desbloqueadas, para que essas verbas fossem desbloqueadas? Porque se o Senhor Presidente está preocupado com trinta por cento (30%) - e tem que estar preocupado com trinta por cento porque, em alguns casos, trinta por cento é mesmo muito dinheiro - quando temos que estar preocupados com cem por cento (100%) a preocupação é infinitamente maior. A pergunta para o vereador Serra.

Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor.

O Vereador Serra Silva : Antes de mais desejar as boas noites a todos os membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e vereadores, distintos membros da Assembleia e público que ainda permanece nesta sala. Foi uma pergunta que é colocada desta forma, o que é que mudou em relações às candidaturas e o que é que se alterou? Penso que da Câmara de Borba, pelo menos em relação àquelas que existiam não se alterou muito, sei que houve algumas em que foram feitos alguns ajustamentos, não se alterou muito. O que se alterou muito foi na apreciação na unidade de gestão. Ou seja, a unidade de gestão começou a apreciar de maneira diferente, havia um critério - o Senhor Presidente já disse aqui que houve alterações de critério - havia um critério no mandato anterior que era que não havia aprovações enquanto as taxas de execução o não justificassem, ou seja, quanto mais elevada fosse a taxa de execução dos projectos, assim se verificavam novas aprovações. Hoje pelo vistos não é assim, mas isto eu desconhecia que havia estes critérios, pronto. Este critério de que o dinheiro está lá guardado e que vamos lá fazendo com os nossos ritmos até dois mil e seis (2006), pronto, é um critério novo não era este o critério que existia. O critério que existia era um critério de que quem tivesse taxas de execução, ia andando, ia trabalhando; quem não tivesse taxa de execução, ia parando. E nesse campo, a Câmara de Borba era - e se forem ver os mapas - era das Câmaras com melhores taxas de execução. E os projectos da Câmara de Borba eram também, nas unidades de gestão, reconhecidos como os projectos capazes, bem medidos e orçamentados para integrar as unidades de gestão e serem, e serem apreciados e poderem, poderem seguir. Não percebo agora estes problemas que se passam e qualquer dia se calhar não se fala com os técnicos, mas se falarem com os técnicos que fazem os projectos eles, se calhar, têm explicações para isso. O que me parece também é que tem mudado nesta Câmara uma filosofia. É que nós, como tínhamos os técnicos cá na casa, mesmo que o projecto tivesse alguma deficiência, mas como o projecto era do nosso gabinete, era feito pela administração directa, íamos sempre conseguindo resolver até decidindo em cima da obra algum bico de obra. Agora não, temos cá os técnicos na nossa casa, pagamos o vencimento na mesma, mas os projectos estão a ser feitos fora, mas esses já são melhores porque vêm de fora, já custam três mil contos (3.000.000\$00) - que é o ordenado de um técnico superior do quadro em dois (2) anos - mas já é bom, já vem completo. Pronto, a diferença que se passa é esta; é que não é, muitas vezes não é só pequenas alterações, são alterações profundas. Vamos ver também onde é que isto depois nos leva, porque nós também já trabalhamos com técnicos e com alguns que este Executivo está a trabalhar e depois também já vimos os berbicachos que apareciam nos projectos. Ah, e só, só uma chamada de atenção, o Senhor Presidente disse aqui que não trabalhava com estudos prévios - toda a gente ouviu - e a seguir responde à doutora Filipa que arrancou as oliveiras do futuro parque de feiras com estudos prévios que aqui tem, mas que a Câmara, enquanto órgão que tem de decidir sobre esses estudos prévios, não conhece, pronto. Não, não só não trabalha com estes estudos prévios, o que é falso. Trabalha com estudos prévios, mas que só, só o Presidente e se calhar os outros vereadores e se calhar a Mesa de Assembleia Municipal conhece, porque os outros vereadores da Câmara não conhecem.

Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

Presidente da Câmara Municipal : Sim senhor. Bom, em relação aos projectos, deixem-me dizer-vos o seguinte: os processos da Rua de São Francisco, Águas da Nora, Urbanização do Forno estavam nesta Câmara a aguardar alterações desde o dia vinte e cinco de Setembro do ano de dois mil e um. As eleições foram em Dezembro, eu por acaso em Fevereiro, ao passar num corredor da CCR, um técnico da CCR chamou-me e perguntou-me o que é que eu estava à espera que não mandava os projectos que cá estavam para ser alterados. Portanto, a única coisa que a Câmara de Borba fez foi pegar nos projectos que cá estavam, fazer as alterações e havia alguns erros caricatos. Lembro-me, por exemplo, que na rua de São Francisco havia menos metros de tubo do que o perfil da rua, por exemplo. Lembro-me que este era um, um dos problemas, havia mais, mas este era um. Há pouco tempo verificámos que em relação à Orada - segundo informação feita - o projecto de electricidade da Orada não existe. Jardim municipal, em relação ao jardim municipal, estas observações do Vereador Serra, se calhar, vêm dar razão ao que eu disse aqui na primeira Assembleia. Aliás, antes da primeira Assembleia, foi quando nós ganhámos as eleições e em que nos disponibilizámos quinze (15) dias antes para vir trabalhar com o Executivo para nos ser feita toda a transmissão de poderes e que não houve receptividade por parte do anterior Executivo. Isto foi falado e não foi dado e ainda hoje, isto é uma surpresa para mim, isto é uma surpresa para mim, porque nós, não há ninguém que tenha mais vontade de resolver as coisas o mais rapidamente possível do que nós e não

gostamos nada de ter valas abertas para resolver os assuntos, não é? Em relação à questão dos estudos prévios, naturalmente que nós temos o direito, nós temos o direito de pedir a quem nós entendermos os mais variados estudos prévios. O que eu disse foi que quando nós - Executivo - acharmos que há estudos que nos satisfazem, naturalmente que recolheremos sugestões sempre da oposição, sempre. Não fazemos aqui nada às escondidas. Agora, o que eu disse foi que, aquelas árvores são árvores que vão dificultar os estudos de topografia. E não fiquem preocupados porque oliveiras temos muitas para arrancar na zona industrial do Alto dos Bacelos, até as podemos replantar, até as podemos vir a replantar porque grande parte daquelas que foram arrancadas, são oliveiras que estavam quase podres e que não tinham importância nenhuma enquanto árvore. Portanto, eram árvores que estavam, parte, algumas delas moribundas já. Portanto, não há aqui nada escondido, nada e para já ficamos assim. Já agora, em relação aos projectos, a nossa postura, a nossa postura foi pressionar, apenas pressionar no sentido de que os projectos sejam aprovados o mais rapidamente possível e homologados o mais rapidamente possível e felizmente têm sido. Agora, se a postura não era esta, naturalmente que o Governo mudou. Se calhar o governo do PSD é capaz de - segundo a teoria do Vereador Serra - ser melhor do que o antigo Governo do PS, mas pronto, então é isso, para já ficamos por aqui. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal : Eu queria chamar a atenção para o seguinte: foi aqui referido que possivelmente os projectos que a Câmara está a desenvolver ou que desenvolveu ou que está a realizar em obra, eram conhecidos da Mesa da Assembleia Municipal e não eram conhecidos dos vereadores. Queria dizer, em meu nome e em nome dos meus camaradas secretários, que nós tivemos a curiosidade de ver os projectos que estavam feitos porque, como em determinada altura houve uma lista que foi divulgada pela CDU com uma relação de projectos que existiam na Câmara, nós quisemos ir vê-los e como eu sei o que é um projecto e possivelmente as pessoas que escreveram aquele documento não sabem, eu o que tenho a dizer é que não encontrei projecto nenhum, nenhum. Ainda hoje se estão a realizar obras sem projecto o que é, para este Executivo, um risco bastante elevado em termos administrativos. Já agora, queria dizer o seguinte: das análises que fiz às obras e porque foi aqui dito que este Executivo não mandava fazer projectos aos técnicos e que os outros Executivos é que mandavam fazer projectos aos técnicos da Câmara, eu analisei esta situação por alto, mas vi o seguinte: o projecto da estrada da Nora foi feito por uma empresa privada, não foi feita pelos técnicos da Câmara; o projecto do Palacete dos Melos foi feito por uma empresa privada, não foi feita pelos técnicos da Câmara; o projecto do Cartório foi feito numa empresa privada, não foi feito pelos técnicos da Câmara; o projecto do Jardim foi feito por uma técnica que trabalhou aqui na Câmara em regime de estágio, mas não deixou projecto nenhum. Deixou aqui uma ideia, eu não chamo àquilo sequer um estudo prévio porque não tem memória descritiva. Bom, agora queria dizer mais o seguinte: ainda sobre estas questões, eu tenho que analisar estas situações e convido todos os membros da Assembleia Municipal cada vez mais a analisar estas coisas porque se diz uma coisa e depois as pessoas ficam a pensar que é assim. Eu convido-os todos a ir ver, vão para dentro da Câmara e vão ver, todos, e o público faça perguntas, tem um período reservado para as fazer. Bom, sobre as obras, sobre esses tais projectos feitos fora, queria dizer mais qualquer coisa. Porque fui puxado para responder, entendo que se estivermos aqui a falar de pedreiras e eu me ponho a falar sobre esse assunto, e se estiver algum mestre de pedreiras presente, se calhar, chama-me burro. E depois ele tem que falar também, não é? Tem que dizer: "Você não percebe nada de pedreiras". Face a isto analisemos o projecto do Palacete que foi feito por uma empresa privada a quem a Câmara adjudicou e fez um projecto que não se podia realizar a obra. Quer dizer, a Câmara agarrou no projecto, aceitou-o, aprovou o projecto - a Câmara anterior - lançou o concurso, adjudicou a obra, o empreiteiro deslocou-se para o edifício e tirou-lhe a cobertura, e depois disse assim: "Agora digam lá como é que se concretiza, este projecto?". Chamados os projectistas, não sabiam dizer ao empreiteiro como é que o projecto se fazia, porque não se podia fazer, o que estava projectado não se podia fazer. Ora bem, e então a Câmara adjudicou a outra empresa privada um novo projecto e essa empresa trouxe o projecto, entregou o projecto ao empreiteiro - porque agora já havia um empreiteiro - entregou o projecto ao empreiteiro e o empreiteiro disse assim: "Bom, então vamos lá fazer a obra. Mas atenção, como eu tenho alvará e não o quero perder, vocês importam-se que eu traga aqui um técnico dos Monumentos Nacionais ou do IPAR?" e, então, veio um técnico do IPAR que disse: "Não façam este projecto porque o IPAR não vai concordar". Então não se pode fazer o segundo projecto adjudicado fora. Então como é que ficamos? Como lá está, como lá está, parado? Não, a Câmara, a actual, tomou uma iniciativa e mandou fazer o terceiro projecto, espero eu que o terceiro projecto se

consiga fazer, espero, porque senão, de facto, o mandato acaba e aquilo está lá na mesma. Pronto, este é um pouco da história do Palacete do Melos, da obra do Palacete dos Melos. Agora vamos passar à obra do Cartório, projecto da obra do Cartório feito por uma empresa privada, com base em quê? Numa estrutura que já existia, que foi mandada construir há vinte e tal anos e há vinte e tal anos que lá estava. A firma entrou em obra e diz assim: "A obra não se pode fazer"; "Então, por que é que a obra não se pode fazer?"; " Olhe, fazemos isto, mas depois pode cair"; Então, mas porquê?"; "Porque há um pilar que está mal assente". Então a Câmara decidiu, não vou dizer se decidiu bem se decidiu mal, mas decidiu demolir o que lá estava, para fazer o quê? Exactamente o mesmo, o que lá está agora feito era o que lá estava feito antigamente. É evidente que, mais uma vez, com um projecto feito por uma empresa privada. Esta Câmara adjudicou a obra e a obra está praticamente capaz de voltar ao tal primeiro projecto. Espero eu agora também que esse tal primeiro projecto feito por uma empresa de fora e adjudicada a uma empresa que nunca mais aqui apareceu, consiga fazer-se, porque senão daqui a quatro (4) anos ou daqui a três (3) anos ou daqui a dois (2) anos está lá na mesma. Se o projecto não se puder fazer, os empreiteiros não podem fazê-lo. Depois outro projecto que foi encontrado pronto para começar a obra, era a estrada da Nora. Eu considero que a estrada da Nora, era o melhor de todos os projectos. Foi elaborado fora, teve um acompanhamento de uma engenheira que não pertence aos quadros da Câmara, que já tinha sido contratada pela anterior Câmara e até nem correu muito mal, só que efectivamente tinha alguns defeitos. O projecto, portanto, podia não estar muito bem feito, houve dificuldades na concretização por parte do empreiteiro, principalmente porque as expropriações não estavam feitas. Está praticamente concluído e tem problemas administrativos. Outra obra que se encontrou também em execução foi o projecto do mercado. Arranca-se com o mercado, faz-se um projecto - esse projecto é da Câmara, se não estou em erro. Agora não posso ter a certeza, mas acho que é da Câmara, é de técnicos da Câmara - só que implantaram parte do edifício nos quintais da vizinhança. Sabemos que é proibido, em Borba, construir em quintais, e mais, parte da implantação estava fora do perímetro do Plano de Pormenor. O Plano de Pormenor é um instrumento aprovado pelo Governo e a obra, é evidente, como lá está, sem alteração do Plano de Pormenor é ilegal. Mas mais, a CCR, de que falam aí às vezes, que para mim é o Estado, não aceitou o projecto, quer dizer, não o homologou. Portanto, como a única coisa que eu conheço é dívidas, não conheço dinheiro dentro desta Câmara, está lá a obra parada. Quando um dia houver dinheiro, façam-no. Isto sou eu a observar, como membro da Assembleia Municipal, porque foi aqui dito que a Mesa da Assembleia Municipal conhecia os projectos e os membros da Câmara não conheciam os projectos. Esta é a história dos tais projectos. Os outros eu não conheço nenhum, não conheço. Tenho pena, mas não conheço, quer dizer, andei à procura, ninguém mos localizou, mas eles podem de facto estar nos arquivos. O Senhor Presidente da Câmara, há bocado, falou aqui numa coisa que eu considero desastrosa, que foi efectivamente o Executivo anterior não ter passado o serviço como mandam as regras e como manda a boa educação, ao Executivo actual. Não passou, eu fui testemunha; eu dirigi-me aqui, sentei-me ali naquele lugar, nesta mesa, com o Executivo anterior e pedi-lhes que passassem o serviço a este Executivo e não passaram. Portanto, tudo foi adivinhado por este Executivo, tudo foi adivinhado. Eu estou convencido que até ao fim deste mandato e se calhar alguém que venham no mandato seguinte, há-de encontrar estas adivinhas, pelos corredores, nos arquivos, em secretárias, em gabinetes. Eu sou testemunha de mais do que isto, sou testemunha de duas coisas importantes que são precisas que se digam e é nestas Assembleias que a gente tem pouco para fazer, é que se devem discutir estes assuntos. Os registos informáticos do gabinete técnico, foram quase todos apagados. Até os programas para calcular o betão armado estavam apagados. Ora, a Câmara comprou, a Câmara não, o povo de Borba comprou-os, comprou-os a uma empresa, os gestores acharam que deviam comprar com o dinheiro do povo de Borba e apagaram-nos todos. Agora para comprar novos programas pagam-se milhares de contos. A passagem do serviço tinha evitado isto. Mas mais, até o arquivo das fotografias que o povo de Borba pagou para tirarem, ao longo destes anos todos, a fotografia a este, àquele; a fotografia da Festa do Vinho - terceira (3ª), a primeira (1ª), quarta (4ª) - a festa do Senhor dos Aflitos: ao Santo, às pessoas, desapareceu isso tudo, isso tudo desapareceu. Eu acho que, de facto, os membros da Assembleia têm que ser mais actuantes, devem ser todos mais actuantes. Devem ir todos ver o que se passa ou o que não se passa, fazer perguntas, estudá-las, estudar os assuntos porque isto, de facto, é um mundo, muito, muito escuro. E depois eu tenho que fazer esta intervenção. Não estava a pensar fazê-la, mas tenho que a fazer porque há pessoas, de facto, que têm a coragem de ainda vir falar nestas coisas. Podíamos esquecer isto, pronto, mas não, de facto, há que haver coragem para não esquecer. Doutor Jerónimo Cavaco, faz favor

Jerónimo Cavaco : Depois de ter ouvido aquilo que o senhor Presidente da Assembleia disse, eu tenho duas questões que gostaria de colocar, não sei se ao senhor Presidente da Câmara, se poderá responder a isso, mas que, em todo o caso, me parece que será a pessoa indicada. Há pouco ouvi dizer e corrija-me se tiver enganado, Senhor Presidente - que havia projectos que estariam na Câmara Municipal de Borba ou no gabinete ou seja lá onde for, sujeitos ou à espera de algumas alterações que deveriam ter sido feitas em tempo útil e que não foram. Aquilo que eu perguntava era por que é que, por exemplo, o projecto da Rua de São Francisco - não sei se terei que perguntar a si, se terei de perguntar ao vereador responsável na altura. Provavelmente, não sei, mas em todo o caso, de facto, dirijo-lhe a pergunta a si - por que é que o projecto da Rua de São Francisco, por exemplo, que veio recusado para alterações ou recusado para ser reformulado, não foi feito em tempo útil tal como outros que provavelmente existiam? Mas, a pergunta é para o Senhor Presidente da Câmara que, provavelmente, me saberá responder. Há pouco eu calei-me depois de ter dito tudo aquilo que disse, mas de facto acabámos por chegar à conclusão de que eu acabaria por ter algum fundo de razão. Porque infelizmente, pelos vistos, a lista de projectos que eu referi ou aquela mão cheia de nada que a Câmara anterior fez questão de deixar, de dizer que deixou, revelou-se que afinal é mesmo uma mão cheia de nada e, quando não é nada, são dores de cabeça, problemas. E, de facto, foi isso que ficou, não há estado de graça nenhum, não há desculpas absolutamente nenhuma com incapacidade porque parece-me que a capacidade para resolver os problemas fosse ter capacidade para fazer obras, independentemente da Câmara Municipal de Borba ter uma das melhores taxas de execução como o Senhor Vereador Joaquim Serra Silva referiu. Não é isso que eu estou a dizer, o que eu estou a dizer aqui, infelizmente parece-me que existiu de facto alguma capacidade, não só na realização dos projectos, como no acompanhamento, como na fase da execução. Referir apenas que afinal cheguei a uma conclusão é que não preciso de ir a nenhum oftalmologista e que não tenho falta de visão absolutamente nenhuma nem tão curta - como já foi dito aqui - porque pelos vistos a visão curta ficava-se de outra maneira, na esperança que as pessoas que vieram, pura e simplesmente, a ignorassem. Foi coisa que não foi feita, para mal de alguns. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal : Mário de Deus, faz favor.

Mário de Deus : Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu também não pensava intervir, mas quando se chega a este ponto da Ordem de Trabalhos e se começa a discutir a acção da Câmara, naturalmente eu acho sempre que é preciso dizer mais qualquer coisa. Gostava de ter feito a intervenção que o Senhor Presidente da Assembleia fez, naturalmente não a posso fazer - o senhor é técnico, sabe do que está a falar - o meu papel aqui não é esse: eu sou político, está-me na massa do sangue e é de política que eu gosto de falar. Não tenho também instinto assassino, penso que não, penso que as coisas quando estão mais claras, estão claras; penso que não vale a pena estar a chover no molhado, não é? Não faz sentido. Pensei intervir antes da sua intervenção e a sua intervenção deixou-me, de facto, deliciado. Estava a ouvi-lo mas não me despertou o instinto assassino de vir agora chatear ninguém. A democracia faz-se assim, se calhar só se fala de coisas importantes quando há pouca gente a ouvir: os prazos, os funcionamentos internos da democracia são estes, e é assim que a gente tem que funcionar. A minha intervenção era no sentido de dizer que felizmente aqui neste salão, onde eu já estou sentado há alguns anos, uma dúzia ou duas de anos, discute-se política e agora discute-se política de outra forma como não se discutia no outro mandato. Ninguém do Partido Socialista veio para aqui chorar, portanto, a forma não é do choramingado, é uma forma séria, clara, precisa de o fazer, não leva choraminguisses. Ninguém vem para aqui hoje - o que muito me satisfaz - trazer uma moção de censura a Cuba, era o mais fácil, era o que custava menos. Em Cuba fuzilaram não sei quantos, perderam-se não sei quantos e então vínhamos para aqui com uma moção a censurar o Fidel. Não era uma maneira de fazer política, era, era fazer política, mas não era uma maneira séria. Portanto, eu penso que há aqui uma melhoria qualitativa da política e penso e peço, repito outra vez, não é achincalhando, não é falando quando os outros estão a intervir, quando se está a falar de coisas sérias que se dignifica a política, que se aprofunda a democracia. É preciso ter alguma classe e eu penso que a nossa responsabilidade, a parte que nos calha nesta divisão tripartida de fazer funcionar a democracia, o Partido Socialista tem é feito, tem dado o seu contributo, tem contribuído para que ela se aprofunde. Falam-se das questões da nossa terra com toda a serenidade, com toda a clareza, sem mentiras, sem hipocrisias, sem demagogias, já disse outra vez sem moções a propósito de Cuba, sem choraminguisses, portanto, o conteúdo é da nossa terra, fala-se do nosso concelho, fala-se das coisas

importantes para nós, não se fala de Cuba. A forma, não é com choraminguisses, não é contando episódios de coisas daqui ou dali, é de forma clara, precisa e serena. Assim as outras forças políticas dão o mesmo contributo. Não-de haver aqui pessoas de oposição, que têm concerteza importantes papéis nas suas organizações políticas, que têm que fazer subir qualitativamente a democracia em Borba. A sua intervenção penso que foi demolidora e não quero sublinhar mais, não é isso que me interessa. A sua intervenção, enquanto técnica, foi uma intervenção que não deixa dúvidas a ninguém. Agora, saiba-se interpretar os sinais, a CDU que seja capaz de interpretar os sinais, deixe de fazer a política como era hábito fazê-la até aqui e faça-a de forma séria e de forma digna. Têm todo o direito a ter as suas posições e eu respeito-as e penso que, e peço encarecidamente a quem tiver responsabilidades na CDU que faça vingar aqui as suas posições, que as defenda aqui com toda a garra, com toda a força, mas de forma a - não quero meter aqui adjectivos que não me compete a mim - mas que se fale da nossa terra, que se fale do nosso concelho, que se fale dos nossos problemas de forma serena, cada um tenha a sua opinião, cada um diga aquilo que tem para dizer. Agora, não venham mistificar, não venham mais com conversas, não venham com mais conversas como alguns que falam em nome de uma força política que se tem que respeitar e é importante, às vezes brincam com ela e às vezes dizem, fazem mistificações que, que assim não dão contributo para que esta Assembleia faça o seu papel, ou seja, aprofunde a democracia, discutam-se as questões com seriedade. As dificuldades são grandes, as dificuldades são grandes - já todos percebemos isso - o tempo das vacas gordas já passou, agora temos que, de facto, fazer um esforço, temos que trabalhar todos em prol da nossa terra. Não tem aqui nada, não há aqui nada de demagogia, há apenas um pedido encarecido para que todos se disponham a aprofundar a democracia na nossa terra e aprofundar a democracia na nossa terra é discutir as questões importantes de forma clara, serena e tranquila. Não fazer sinais de fumo; não meter barreiras de fumo; não falar de coisas; não meter aspectos, nem no conteúdo nem na forma - que são apenas para travar uma discussão clara, precisa e serena. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal : Doutora Filipa Almeida, faz favor.

Maria Filipa de Almeida : Visto que esta discussão também já vai adiantada e não é pelo facto desta Ordem de Trabalhos ter sido cumprida com mais celeridade que nós temos que ficar aqui até uma determinada hora, até podemos ficar até muito mais tarde, não tenho pressa nenhuma, mas não é obrigado ficar, não é obrigatório ficarmos aqui a inventar temas para a discussão. Mas eu registei com muito agrado, mas registei com muito agrado, uma coisa que o Senhor Presidente da Assembleia disse há pouco na sua intervenção, mas também registei outras com muita preocupação porque há coisas que conheço e que digo com todas as letras: são mentira, com todas as letras, são mentira. E como eu sou membro desta Assembleia Municipal e, segundo depreendi das palavras do Senhor Presidente e que deixou um convite para que os membros da Assembleia Municipal fossem mais actuantes, mais fiscalizadores, eu aceito o seu convite. Eu vou ser mais, vou usar mais o meu papel, a minha acção de fiscalização como membro da Assembleia Municipal e vou também querer ver, em pormenor, algumas coisas que parece que os vereadores não conhecem, mas que os membros da Assembleia Municipal, se quiserem, podem conhecer. Portanto, eu - como também tenho algum tempo disponível - vou-me dedicar mais a conhecer internamente e mais profundamente algumas acções e algumas actividades da Câmara porque foram ditas aqui coisas que são muito graves e não são muito graves para os eleitos, são muito graves porque são ditas e deixam no ar acusações e insinuações aos trabalhadores, porque se fosse verdade que desaparecessem registos de computadores, programas informáticos de computadores, então não são os eleitos que estão em causa, são os trabalhadores desta casa, são os trabalhadores desta Câmara. É mentira, Senhor Presidente, que tenha desaparecido o arquivo das fotografias e eu digo-lhe, não tenho problemas nenhuns em falar disto, eu falo disto clara e frontalmente. O arquivo das fotografias está aí na Câmara; se desapareceu, desapareceu depois de os senhores tomarem posse. E digo-lhe isto, se desapareceu, desapareceu depois de os senhores tomarem posse, porque estava cá quando vocês tomaram posse e estavam cá todas as fotografias. Agora, eu também me preocupei em ir lendo as actas da Câmara, até porque felizmente é fácil ler as actas da Câmara; por um lado porque há dois (2) vereadores da CDU e naturalmente eu posso pedir a um camarada meu Vereador para me dar, para me mostrar a acta da Câmara; por outra razão também felicito a Câmara por manter na Internet as actas da Câmara Municipal, o que já não acontece com as actas da Assembleia Municipal, agora faço o que o Senhor Presidente da

Assembleia fez há bocadinho: de Português eu percebo um bocadinho, o senhor percebe de projectos e, como são uma vergonha tão grande, se calhar, é por esse motivo que não estão na Internet, mas esse já é outro problema. Mas as actas da Câmara estão na Internet e eu fui lendo desde o princípio e li tantas coisas diferentes daquilo que foi dito agora que fiquei sem saber se as actas da Câmara são mentira, foram aprovadas pela maioria, a maior parte delas foram aprovadas por unanimidade. Nas actas da Câmara, do princípio do mandato, aparecem tantos e tantos esclarecimentos dos vereadores da CDU à maioria do Partido Socialista, agora vêm-me dizer que, que os eleitos da CDU não deram esclarecimentos, não passaram as pastas. Então o que é que é verdade, é o que se diz agora ou é o que está nas actas? Disse.

Presidente da Assembleia Municipal : Registo que a senhora referiu que eu disse mentiras, mas depois não disse quais eram. Gostaria que as explicitasse. Direito de resposta para o Vereador Serra Silva.

O Vereador Serra Silva: Eu vou agora também, se calhar, alargar-me um pouco porque também vou fazer o historial das questões porque, efectivamente, tenho que rebater praticamente tudo o que foi dito. Primeiro, vou começar por dizer que programas informáticos apagados, se alguém os apagou, este Executivo deveria abrir um inquérito logo na altura para saber quem os tinha apagado: se eram da Câmara; se estavam na Câmara; se tinham sido pagos com o dinheiro do povo de Borba. Se existiam e deixaram de existir, de certeza que não foi nenhum dos eleitos que os apagou. Então diga-me quais foram os que foram apagados, prove-me que eles eram programas da Câmara e que estavam pagos pela Câmara e depois a gente vê se foram ou não, porque é preciso também provar as coisas que se dizem. Nós não podemos fazer aqui uma cara séria, metermo-nos todos, que são todos, são todos donos da verdade, toda a gente tem que acreditar em nós e tudo o que os outros dizem é que é mentira. Não pode ser assim, Senhor Presidente. Nós temos que provar aquilo que dizemos e aquilo que eu lhe digo é, enquanto eu fui vereador, os programas que existiram na Câmara trabalharam, os técnicos da Câmara trabalharam com eles e eles funcionaram. E os programas que havia na Câmara, está uma listagem no gabinete técnico daqueles que existiam. Havia um arquivo informatizado dos projectos que existiam, quem geria esse arquivo era o Hugo Lambosana e o Manuel Grego, era quem geria esse arquivo. Havia um arquivo só de projectos de electricidade, porque os projectos de electricidade eram desenhados no gabinete técnico da Câmara pelo José Carlos Mourão, de certeza que ele tem lá, em formato digital o projecto de electricidade da Orada, de certeza absoluta, e está aprovado e existia em pastas até. Dizer que, logo que este Executivo tomou posse foi feita uma reunião extraordinária só para passagem de serviço; a única, o único ponto da Ordem de Trabalhos era: "Passagem de Serviço" e foi feita uma reunião só para isso, está aí nas actas da Câmara. Foi feita uma listagem completa de tudo que estava na Câmara - em termos de projectos - tudo o que havia em termos de obras, o que havia executado e o que faltava executar; está uma acta feita que refere tudo isso. Depois, vamos falar aqui de mais algumas, duas ou três coisas. Palacete: nunca a empresa construtora disse que o projecto não era exequível; disse apenas que o projecto teria que sofrer alterações, mas que era exequível. Essa era a informação do nosso tempo, que seja outra, desconheço-a. Era exequível, teria que sofrer alterações e adaptações face a uma coisa que apareceu - que era o estado dos caixotes - e que era de todo, de todo o interesse da Câmara recuperá-los. Então, teriam que ser recuperados, primeiro os caixotes e depois arranjar uma estrutura que não os danificasse, mas era exequível. Por isso, se não avançou mais, de certeza que se deve à execução de vários estudos para depois escolher o melhor. Então, podemos passar o resto do tempo à procura do melhor, porque o ideal se calhar nunca aparece. Quanto à questão do Cartório, queria dizer duas coisas, efectivamente foi decidido demolir e antes de ser demolido o Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi um dos meus conselheiros. À porta do mercado, um dia, falei com o Senhor e disse-lhe: "A empresa que está a fazer isto aconselha-nos a demolir, o que é que o Senhor acha como técnico?" E o senhor disse-me assim: "Daquilo que eu ali vejo, aos anos que essa estrutura está de pé, o estado em que está aquele ferro, é o melhor que vocês têm a fazer". E espero que mo tenha dito com seriedade, porque eu levei a sério essa informação, foi-me dada à porta do mercado, junto ao edifício a olhar para o edifício. Se não se recorda, eu recordo-me perfeitamente. Recordo-me perfeitamente,

Presidente da Assembleia Municipal : É preciso ter lata.

O Vereador Serra Silva: Não é preciso ter lata, Senhor Presidente. Recordo-me perfeitamente, recordo-me

perfeitamente. Não invento, recordo-me perfeitamente porque foi assim, taxativamente. Foi assim, foi assim que o Senhor referiu. Depois, depois disso, o projecto, que era para ser executado, já não foi aprovado pelo anterior Executivo; já foi aprovado por este Executivo e as alterações que já foram lá feitas, já foram também aprovadas pelo actual Executivo e que já levaram trabalhos a mais na ordem de treze (13) ou catorze (14) mil euros (14.000). O projecto do jardim: o projecto do jardim tinha uma memória descritiva; tinha a definição dos traçados de rega; tinha a definição da arborização; tinha a definição dos materiais com alternativas; tinha a definição de material urbano e isso foi uma das questões que levantou polémica na sua aprovação e que nos obrigaram a alterar o mobiliário urbano porque achavam que a linha que tínhamos escolhido era uma linha cara, por isso tinha definido o mobiliário urbano; tinha definido a localização, estava totalmente definido. Se não está, não sei o que se passa com o material. Isso é, é uma questão de procurarem melhor. Relativamente à questão que foi colocada, por que é que os projectos da Rua de São Francisco não estava, não estava ainda reformulado, porque não valia a pena estarmos a reformulá-lo porque ele nunca mais seria aprovado enquanto não fossem as eleições, por isso não valia a pena estarmos a reformulá-lo, porque já sabíamos o que a casa gastava. Então, ele já lá tinha ido três (3) vezes. O do jardim foi lá quatro (4) ou cinco (5); antes da aprovação telefonavam porque havia um engano em meio metro (0,5m) de cabo. Depois vem a ser aprovado com o primeiro orçamento que tinha, por isso não valia a pena. Quanto à questão do mercado, não se podia fazer porquê? Era um problema de medições, aquilo eram medições. A obra está à vista e pode-se ver. Sobre a questão do mercado, o mercado - ao contrário do que o Senhor Presidente da Assembleia disse - não foi feito em quintais. Foram feitos os destaques que permitiram que se fizesse o mercado naqueles espaços e fazer destaques, é possível fazê-los dentro do perímetro urbano. É possível fazê-lo e eles cumpriram, cumpriram aquilo; cumpriram aquilo que era legal e que estava determinado e os destaques estão feitos e por isso é que se fez a ampliação do mercado. O projecto foi devolvido, não foi devolvido assim como o Senhor diz: "Tomem lá isto, que isto não recebe dinheiro nenhum". Não, é porque havia uma orientação - não sei se ainda há porque, se calhar, também já mudou - em que o montante mínimo de aprovação de um projecto era cinquenta mil contos e aquele projecto era de vinte e cinco mil (25.000), mas também havia casos - noutros concelhos - em projectos de vinte mil (20.000) - que sofriam só alterações - tinham sido aprovados e era essa a ideia, de que aquilo fosse aprovado também como uma ampliação. Não sendo, também encontrámos as soluções e estávamos a desenvolvê-las. Quais eram? Melhorar a rede de esgotos e a rede pluvial de modo a resolver isso e a ampliar o custo do projecto até aos cinquenta mil contos. Não sei se é o que estão fazer, também não conheço porque não vai à Câmara e, como tal também, desconhecemos. Obras sem projecto: eu também acho que se estão a fazer muito em Borba, Senhor Presidente, e também acho que a Assembleia Municipal devia preocupar-se com elas, mas são obras particulares. Essas é que se estão a fazer muitas sem projecto e na Reserva Ecológica Nacional algumas e esta Assembleia tem muitas responsabilidades nisso, mas o actual Executivo fecha os olhos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Queria dizer duas coisas. Não vou comentar as mentiras que foram referidas pela doutora Filipa porque não disse mentiras nenhuma, não sei quais é que serão. Eu sou mentiroso, não sei em quê, gostava de saber. Quando houver uma oportunidade, pode ser por escrito ou de outra forma, diga-me quais são as mentiras. Sobre o Vereador Serra, ele acrescentou algumas coisas àquilo que eu disse, mas não alterou nada. Fundamentalmente eu até disse que a estrutura foi demolida não sei se bem, se mal. Ninguém está a criticar, eu não critiquei, constatei um facto, para justificar o quê? A construção seguinte que se teve que fazer, foi só isto. Relativamente ao jardim, pedia-lhe a sua ajuda - fica aqui um pedido - como vereador mais antigo, que consiga, de facto, arranjar esses desenhos que referiu para ver se o executivo consegue avançar com a obra. Quando poder, arranje os desenhos.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, Senhor Presidente, eu não quero falar do passado, não quero, mas há coisas aqui que me custam ouvir. Uma que tem que ser dita porque, ó senhora ex-Vereadora Filipa, custou-me muito ouvir da sua boca quando sabe perfeitamente, sabe perfeitamente que a série de dossiês de fotografias da Câmara, a senhora teve-os na sua casa onde me disse, até me transmitiu que estava a tirar as fotografias pessoais e que veio trazê-los ao gabinete da Câmara, então, então faça-me um favor,

Maria Filipa de Almeida: não diga aquilo que disse. Desculpe lá, eu não queria dizer isto, mas, não estão

cá?

Presidente da Câmara Municipal : Eu não disse que não estão cá.

Maria Filipa de Almeida: Então pronto. Então não desapareceram.

Presidente da Câmara Municipal : Não, não. O que foi dito aqui não é que os registos desapareceram. Eu não percebi muito bem o que é que o Senhor Presidente disse, o que há é falta de muitas fotografias dos registos da Câmara. Agora, naturalmente, naturalmente que eu não estou a dizer que não estão cá, há cá registos da fotografias da Câmara, mas atenção, a essas coisas. Tudo tem limite, tudo tem limites. Pronto. Em relação à passagem de serviço, efectivamente, senhor Vereador Serra, houve uma acta, houve uma acta e houve uma reunião, mas não é nada daquilo que nós pedíamos. O que nós pedimos foi uma reunião num período em que as coisas estavam, e o senhor é testemunha disso como eu, estavam quentes, quentes pela derrota que a CDU teve e pela vitória que o PS teve e, naturalmente, que nem a nossa receptividade era grande, nem a vossa disponibilidade era grande. Portanto, é normal e natural que naquela acta constem coisas, mas há enormes lacunas. O que nós queríamos não era isso, o que nós queríamos era ter estado aqui a trabalhar convosco durante quinze (15) dias, em que se passava, em clima de boa camaradagem - passe o termo - as pastas todas. Também em relação à questão dos ficheiros, ninguém disse - eu não, pelo menos eu não percebi - que tivessem desaparecido desenhos. Não estão em causa aqui trabalhadores da Câmara, ninguém disse que desapareceram daqui desenhos, a única coisa que foi dita é que há programas, que eu também não sei se eram da Câmara que não existem. Porque na altura não havia engenheiro na Câmara e quando eu trouxe para cá um estagiário disse: "Os programas não existem e os poucos que existem estão completamente desactualizados". Agora, se os engenheiros que cá estavam trabalhavam com programas deles, essa é outra questão, não sei, não faço ideia, nem quero saber neste momento. Só para terminar, eu começo a ficar, de facto, cansado de ouvir essa questão de obras sem projecto em RAN e REN, e, não está cá o senhor Vereador das Obras, mas na próxima reunião de Câmara, porque isto é um assunto de Câmara e o que está aqui em causa nem é propriamente o político, é o técnico. O senhor vereador está a pôr em causa técnicos e eu vou exigir que o senhor Vereador Serra diga quais são, onde é que estão que é para, para se ir lá ver, porque pode acontecer, pode acontecer. Agora, o que é um facto é que, fazendo afirmações dessas, e isso já foi feito pela CDU em comunicado, isto é pôr em causa técnicos, fundamentalmente técnicos.

Jerónimo Cavaco: Só queria comentar porque, de facto, parece-me que o Vereador Serra fez uma acusação que acaba por atingir todos os membros da Assembleia Municipal ao dizer que esta Assembleia Municipal tem responsabilidades nas tais obras sem projectos em RAN's ou REN's, chamem-lhe como quiserem, para mim é indiferente. Aquilo que eu quero pedir ao Vereador Serra, é se tem conhecimento desses projectos, se sabe onde se estão a realizar, se sabe que estão dentro dessa rede que o diga, mas que o diga frontalmente ao abrigo daquilo que o Mário disse aqui há pouco. Porque, de facto, é neste fórum que se devem discutir as coisas, não é no alto da praça nem em comunicado, é efectivamente aqui. E eu, como membro da Assembleia Municipal eleito, sinto-me legitimado para lhe pedir, enquanto vereador ainda sem pelouro, que efectivamente mostre a esta Assembleia Municipal, nos convide, eu não me importo de levar uma pá, mas que nos convide efectivamente, para ver onde é que estão as obras sem projecto e vamos ver, mas faça-o, porque atirar acusações para o ar, deixá-las no ar com pessoas que assistem - como a doutora Filipa diz - dizem-se coisas que depois ficam no ar ou fazem-se acusações que de facto, podem criar alguma confusão. É simples vir para aqui dizer: está-se a fazer isto, o maior problema é provar por que é que se fez ou se deixou de fazer. Portanto, se efectivamente tem conhecimento dessas situações que as denuncie junto dos órgãos competentes. Neste caso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já referiu que quer averiguar essas situações, eu, enquanto membro da Assembleia Municipal, exijo também que essas situações sejam denunciadas, mas denunciadas no fórum e no lugar próprio, não é em comunicados, é aqui que temos que os discutir.

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar à leitura da minuta da acta. Está aprovada por unanimidade. Está encerrada a sessão.

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Pedido de substituição do Membro Carlos Cabral

Anexo 2 - Pedido de substituição do Membro Rui Bacalhau

Anexo 3 - Correspondência Recebida

Anexo 4 - Correspondência Expedida

Anexo 5 - Saudação apresentada pela Bancada da CDU (1º de Maio)